

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Seles Pereira da Silva

Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844)

Cuiabá/MT

2013

Seles Pereira da Silva

Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de pesquisa Fronteiras, Identidades e Transculturização, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Pablo Diener.

Cuiabá/MT

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586i Silva, Seles Pereira da.
Os índios do Brasil no pensamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1823-1844) / Seles Pereira da Silva. -- 2013
79 f. : 30 cm.

Orientador: Pablo Marcelo Diener Ojeda.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2013.
Inclui bibliografia.

1. von Martius. 2. Indígenas. 3. Expedições Naturalistas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel: (65) 3615-8493 - Email: gerapesquisa@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : “ _____ ”.

AUTOR: Mestrando _____

Exame de qualificação em ____/____/____

Defesa em ____/____/____

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador: Doutor _____

Instituição: UNIVERSIDADE _____

Examinador Externo: Doutor _____

Instituição: UNIVERSIDADE _____

Examinadora Interna: Doutor _____

Instituição: UNIVERSIDADE _____

Examinador Suplente: Doutor _____

Instituição: UNIVERSIDADE _____

CUIABÁ, ____/____/____.

AGRADECIMENTOS

Embora admita que esta dissertação apresente algumas questões que poderiam ser desenvolvidas com maior profundidade, fato cuja responsabilidade assumo integralmente, quero, todavia, manifestar minha profunda gratidão a todos os que, de algum modo, contribuíram para sua realização.

Agradeço primeiramente ao professor Pablo Diener que, desde os anos de graduação, muito tem contribuído para o meu amadurecimento intelectual. Devo acrescentar que, sobretudo, nos últimos seis meses, foi muito paciente diante de alguns percalços que tive na condução desta pesquisa.

A parceria de trabalho e aprendizado com o professor Diener não teria sido possível sem o apoio da professora Maria de Fátima Costa, que, antes de conhecê-lo, mediante a participação numa disciplina que ministrou-nos durante a graduação, me apresentou-o; a partir de então, iniciei no trabalho de pesquisa que ora finalizo, estudando, com especial atenção, a figura e algumas obras de von Martius.

Também sou grato ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, pela oportunidade de desenvolver algumas habilidades como historiador. Agradeço, igualmente, aos professores, especialmente os que, pela participação em suas respectivas disciplinas, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Sou grato, ainda, à CAPES, que, pela concessão de uma bolsa de estudos, prestou-me oportuno e relevante auxílio. E o que dizer da Valdomira (Val), secretária do PPGHIS? Primeiramente, tive a feliz surpresa de reencontrá-la, depois de alguns anos, e durante a condução desta pesquisa, envidou todos os esforços, me auxiliando em todos os trâmites burocráticos, sempre com voluntarioso desprendimento.

Quero ainda externar minha gratidão aos professores Mário Cezar e Maria Adenir, por aceitarem compor a banca de qualificação e pela notável contribuição ao meu trabalho. A professora Loiva Canova, mesmo na suplência, também apresentou perspicazes observações ao meu texto. Seria muito bom dispor de um prazo estendido para rever todos os pontos levantados por vocês. Ainda no âmbito acadêmico, quero externar meu agradecimento aos colegas do grupo de pesquisa História, Arte, Ciência e Poder, Nya Kristina, por gentilmente aceitar fazer a revisão ortográfica do texto final, e ao Luis Cláudio, também colega de turma do mestrado, e

Thiago Rafael. Luis e Thiago, como foi produtiva e enriquecedora nossa parceria de trabalho em Nova Mutum. Que experiências e aprendizados, precisamos repetir! Neste sentido, não posso deixar de manifestar aqui também todo meu carinho e gratidão a Zizelle Ferreira, mediante quem pude ainda conhecer Cléria Franco, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), do município de Nova Mutum/ MT. Obrigado pela oportunidade de compartilhar algo acerca do que aprendi estudando um pouco da biobibliografia de von Martius com vocês! Agradeço ainda ao caro amigo Lindomar Nobre, pelo auxílio na elaboração do Abstract.

Outrossim, manifesto minha profunda gratidão aos meus pais, que têm estado sempre ao meu lado e cujo apoio incondicional têm demonstrado das mais variadas formas. O que dizer de vocês? Me faltam palavras. Sou grato, igualmente, às minhas irmãs, pela oportunidade de compartilhar algumas das minhas conquistas e descobertas, embora às vezes não muito claras. Vocês foram pacientes, especialmente em algumas circunstâncias não muito boas que precisei enfrentar. É claro que, assumindo, em alguma medida, o caráter viajor do jovem naturalista de Munique, espero alcançar outras paragens, mas, ao considerar o peso desta conquista, faço votos de que caminhem e avancem além do que pude atingir. Agradeço, ainda, aos meus avós maternos, que, prontamente me acolheram durante parte do mestrado, quando precisei.

Finalmente, agradeço, sobretudo, a Deus, o autor e fonte da vida. Que vivências, junto a todos os que comigo caminharam, que aprendizados, que palavras teria, não fosse a dádiva de viver sob a permanente graça do Verbo Eterno?

RESUMO

As questões que relacionam os povos indígenas ao Brasil, concebido enquanto nação, ganharam grande relevância a partir da terceira década dos oitocentos. Com o estabelecimento da Corte lusitana em seus domínios coloniais americanos, em 1808, a velha estrutura colonial ruiu, culminando nos acontecimentos de 1822. Mas desde fins da primeira década do século XIX, a entrada de vários estrangeiros ensejou a produção de muitos discursos que, com a fundação da jovem nação nos trópicos, vieram compor os debates acerca da identidade do Brasil e do brasileiro. Muitos destes estrangeiros eram associados aos círculos científicos europeus e - ou - integrantes da nobreza. Munidos das ferramentas das ciências modernas que, a partir da Ilustração, disseminaram-se desde a Europa, estes homens exploraram extensas e variadas regiões. Seus registros apresentam uma riqueza de detalhes e interpretações acerca do espaço e do homem naquele período, e sua análise fornece-nos importantes pistas para a compreensão de diversos temas concernentes ao Brasil. Um destes viajantes é o bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius que, juntamente com Johann Baptist von Spix, chegou em 1817. Ambos fizeram uma viagem de aproximadamente três anos, da qual resultou uma vasta produção científica e literária. Além da obra **Viagem pelo Brasil**, a narrativa do périplo brasileiro escrita por von Martius em co-autoria com von Spix, que constitui a principal fonte desta pesquisa, von Martius publicou uma série de outras obras, a saber: *O estado de direito entre os autóctones do Brasil* (Munique, 1832), *O passado e o futuro do homem americano* (Freiburg, 1838) e o tratado *Como se deve escrever a história do Brasil* (Rio de Janeiro, 1844). Von Martius escreveu também o romance **Frey Apollonio**, mas essa obra não chegou a ser publicada pelo autor e só saiu à luz postumamente, em 1992. No Brasil, a publicação e circulação dos escritos científicos contaram com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. A hipótese dessa pesquisa é que, no contexto de formação do Brasil enquanto nação, von Martius se destaca como um dos primeiros autores que não só define o indígena como brasileiro – especialmente em seu tratado de 1844 –, mas desenvolve e fomenta uma série de estudos que visavam a busca por sua história. Além da narrativa da expedição, **Viagem pelo Brasil**, a pesquisa utiliza os três escritos científicos acima mencionados e o romance **Frey Apollonio**. Com base nessas obras, a pesquisa cobre um período aproximado de 20 anos da vida e do trabalho intelectual do bávaro, entre 1823 e 1844.

Palavras-chave: C. F. Ph. von Martius, Índios do Brasil, Expedições naturalistas, História do Brasil no séc. XIX.

ABSTRACT

Issues relating to indigenous peoples to Brazil, conceived as a nation, have gained great importance from the third decade of the nineteenth century. With the establishment of the Portuguese kingdom in their colonial domains in Americas in 1808, the old colonial structure collapsed, culminating in the events of 1822. But since the end of the first decade of the nineteenth century, the entering of many foreigners led to the production of many speeches that, with the founding of the new nation in the tropics, came to compose the debates about the identity of Brazil and the Brazilian. Many of these foreigners were associated with European scientific circles and - or - members of the nobility. Armed with the tools of modern science, as from the Illustration, spread from Europe, these men explored extensive and diverse regions. Their records show a wealth of details and interpretations of space and man of that period, and its analysis provides us with important clues for the understanding of various issues pertaining to Brazil. One of these travelers is the Bavarian Carl Friedrich Philipp von Martius, who together with Johann Baptist von Spix, arrived in 1817. Both made a trip of about three years, which resulted in extensive scientific and literary production. Besides the work **Travel in Brazil**, the Brazilian narrative of the journey written by von Martius co-authored with von Spix, which has been the main source of this research, von Martius published a number of other works, namely: *The rule of law among native of Brazil* (Munich, 1832), *The Past and Future of American man* (Freiburg, 1838) and the treaty *How to Write the History of Brazil* (Rio de Janeiro, 1844). Von Martius also wrote the novel **Frey Apollonio**, but this work was never published by the author and came to light only posthumously, in 1992. In Brazil, the publication and circulation of scientific writings had the support of the Brazilian Historical and Geographical Institute, founded in 1838. The hypothesis of this research is that, in the context of formation of Brazil as a nation, von Martius stands as one of the first authors that not only defines indigenous peoples as Brazilians - especially in his treaty of 1844 - but he fosters and develops a series of studies aimed to search for his story. Besides the narrative of the expedition, **Travel in Brazil**, the research uses the three aforementioned scientific writings and the romance **Frey Apollonio**. Based on these works, the survey covers a period of approximately 20 years of life and intellectual work of the Bavarian, between 1823 and 1844.

Keywords: C. F. Ph. von Martius, Indians of Brazil, naturalists Expeditions, History of Brazil in the nineteenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1. A NATUREZA, OS ÍNDIOS E A TESSITURA DE UMA HISTÓRIA..	15
1.1. A natureza, o primeiro e permanente elo com o Brasil.....	17
1.2. Algumas especificidades do Brasil.....	25
1.3. O índio sob a ótica da natureza.....	27
CAPÍTULO 2. VON MARTIUS E SUA SENSIBILIDADE.....	34
2.1. A presença do elemento sensível na narrativa e em Frey Apollonio.....	45
CAPÍTULO 3. A PERSPECTIVA HISTÓRICA DE VON MARTIUS EM RELAÇÃO AOS ÍNDIOS DO BRASIL.....	53
3.1. Em busca de um passado perdido, com os olhos voltados para o futuro: os índios do Brasil nos longínquos anos 1840.....	55
3.2. Divergências em uma escrita da História para o Brasil.....	63
3.3. Uma luz sobre o passado dos índios, um caminho para a história do Brasil.....	69
CONCLUSÃO.....	73
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

INTRODUÇÃO

Esta dissertação desenvolve um estudo que tem por objeto uma narrativa de viagem. Trata-se de uma obra que é fruto de uma expedição ocorrida no Brasil em inícios do século XIX, cujas dimensões e abrangência são tão monumentais como o próprio itinerário percorrido pelos viajantes. A obra que nos ocupa é de autoria de Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix. Nossa atenção focalizará as observações a respeito da população indígena brasileira, que se encontram dispersas ao longo de toda a narrativa. Não obstante o fato de que o texto-objeto do nosso estudo foi publicado efetivamente como uma obra de von Spix e von Martius, pensamos que a maior parte das ideias aí contidas devem creditar-se a von Martius, em função de questões biográficas que logo explicaremos.

Os personagens são, pois, von Martius, um médico e botânico, e von Spix, um zoólogo; juntos viajaram para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro em meados de 1817. Ambos fizeram uma viagem de quase três anos nas terras do então território luso-americano, e os feitos da sua empresa se acham registrados numa publicação que lhe foi decorrente e que apresenta, principalmente, a narração das vicissitudes da expedição.

Efetivamente, **Reise in Brasilien** [Spix; Martius, 1823-1831, 3 vols. (para a tradução, **Viagem pelo Brasil**, 1938, 3 vols.)] se constituiu em um rico subsídio para nossa pesquisa, na medida em que foi fruto imediato de uma experiência, a partir da qual dois estrangeiros apresentaram e fizeram uma avaliação do que vivenciaram durante sua expedição.

Esta narrativa de viagem evidencia ainda os embates de seus pressupostos frente à alteridade, o que é de singular interesse para nosso trabalho. Neste caráter da obra, que em alguma medida podemos qualificar de imediato, situamos o seu valor. Embora os registros que resultaram no texto final tenham sido reelaborados e recebido acréscimos quando de sua edição, sua análise descortina-nos um Brasil reconstruído a partir dos olhares de von Spix e von Martius.

Ao longo do texto, o olhar de ambos nos é apresentado de modo difuso, mas possui, todavia, um norte, que aparenta dissipar-se em meio aos meandros trilhados pelos viajantes, os quais também procuramos palmilhar, atentos às suas enunciações.

Num segundo momento após a publicação de **Viagem pelo Brasil** e em grande medida também fruto da experiência de viagem, veio à luz o resultado de uma série de investigações, nas quais a abordagem narrativa abre passo a estudos de caráter analítico. Referimo-nos a escritos que são da exclusiva responsabilidade de von Martius e assim foram levados ao público. Como complemento à análise da narrativa, procuramos também fazer algumas aproximações ao pensamento do cientista, com base nestas obras.

Nossos objetivos encontram-se relacionados a uma investigação sobre o olhar – especialmente do viajante von Martius – a respeito dos índios com os quais estabeleceu relações. Neste sentido, nos propomos a acompanhar o desenrolar da viagem, procurando também perceber as mudanças sofridas por este viajante quanto à compreensão a respeito destas populações.

Assim, cumpre ressaltar que a pesquisa possuiu um caráter essencialmente biobibliográfico, e a ênfase na figura da personagem von Martius se deve ao ativo contato que este cientista bávaro cultivou com o Brasil durante praticamente toda a sua vida. Já von Spix veio a falecer prematuramente, em 1826, de modo que não interveio diretamente na edição e publicação do segundo e terceiro volumes da narrativa de viagem, nem participou da escrita das obras posteriores.

Embora os indícios de mudanças que observamos em von Martius quanto à sua compreensão a respeito dos índios apareçam já no percurso dos oito anos que abrange a edição da narrativa de viagem – mediante o registro de reconsiderações, nas quais assumiu o rompimento com antigos pressupostos a respeito destes povos –, consideramos que a percepção de tais mudanças torna-se evidente quando articulamos à análise da narrativa seus trabalhos posteriores. Neste sentido, percebemos uma vinculação entre questões que aparecem ao longo da narrativa e que são retomadas nas obras subsequentes.

A viagem pelas terras americanas do então reino de Portugal, Brasil e Algarves se localiza temporalmente num período de importantes avanços em vários campos das ciências, que tiveram ensejo – em grande medida – pelo espírito das Luzes.

Esta empresa também ocorreu graças a um contexto favorável de nossa história. Trata-se de um período de transformações profundas na estrutura do sistema colonial¹. Seu ápice se deu com a abertura dos portos em 1808, esfacelando definitivamente o já enfraquecido regime imposto por Portugal aos seus domínios coloniais do ultramar.

A abertura significou a entrada de considerável número de estrangeiros que almejavam explorar estas terras com as ferramentas das ciências modernas; a esse grupo de exploradores pertencem também von Spix e von Martius. A partir de então, várias comitivas de viajantes – compostas, especialmente, de cientistas e artistas e não mais vinculadas somente à Coroa Lusitana – foram formadas e o Brasil foi integrado como parte do roteiro nas denominadas expedições naturalistas empreendidas pelas potências europeias.

Imbuídas de seus referenciais filosóficos e, sobretudo, ensejadas pelos ventos do Iluminismo, estas expedições e suas decorrentes publicações representam uma grande contribuição para o conhecimento tanto da flora e fauna quanto da população das jovens nações americanas. Como interpretação de um contexto e temporalidade de um espaço que hoje chamamos Brasil, seu legado se constitui – neste sentido – um rico subsídio para o estudo da história.

Von Spix e von Martius vieram ao Brasil quando do casamento da arquiduquesa austríaca, D. Leopoldina, com o então príncipe herdeiro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcântara. Para a ocasião foi composta uma missão científica que acompanharia D. Leopoldina ao Brasil. Nossos viajantes, de origem bávara, foram incorporados ao séquito da princesa da casa de Habsburgo graças a relações diplomáticas entre Maximiliano

¹ Sobre esta conjuntura, Fernando Antônio Novais trata em **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)** (Novais, 1989).

José I, o rei da Baviera, e o imperador austríaco, Francisco I, pai de D. Leopoldina e genro de Maximiliano José I. Sabemos que von Spix e von Martius já haviam sido escolhidos para a realização de um projeto anterior da coroa da Baviera, uma “viagem científica ao interior da América do Sul” concebida em 1815 e cujo roteiro original não incluía o Brasil; mas “impecilhos supervenientes obrigaram, entretanto, o govêrno real a adiar por algum tempo a expedição”² (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 7-8).

Quem são estas personagens escolhidas para desempenhar tão destacada tarefa?

Von Martius nasceu em Erlangen, na Baviera, a 17 de abril de 1794. Em 1814, graduou-se em medicina, continuando a estudar botânica. A partir de 1816 passou a trabalhar como adjunto no Jardim Botânico de Munique, de onde saiu para sua expedição ao Brasil. Após retornar, exerceu a função de conservador-chefe dessa instituição científica no período de 1832 a 1854; posteriormente, além de ter se tornado membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), era membro da Real Academia de Ciências da Baviera. Faleceu em Munique a 13 de dezembro de 1868, aos 74 anos.

Já von Spix, natural de Höchstadt, também na Baviera, nasceu em 9 de fevereiro de 1781. Como zoólogo, ao ser convidado para participar da expedição, assumiu a responsabilidade do estudo não só do reino animal, mas também do homem, tanto os povos indígenas quanto os diversos grupos de imigrantes. Como um desdobramento deste objetivo, a narrativa de viagem também apresenta observações sobre a população africana trazida pela força, além dos mestiços entre esta população, os índios e os brancos, evidentemente. Devido a complicações na saúde, resultantes de enfermidades contraídas ainda durante a realização da expedição, von Spix faleceu poucos anos depois de seu retorno a Europa, em 13 de março de 1826 na cidade de Munique.

A viagem dos bávaros ao Brasil se iniciou em 6 de fevereiro de 1817, quando partiram da Áustria, e em 15 de julho do mesmo ano aportaram na enseada do Rio de Janeiro. Após três anos palmilhando parte considerável do Brasil, retornaram à Europa em 14 de junho de 1820. O itinerário, cujo percurso excedeu 10.000 quilômetros, abrangeu trechos do interior e da costa,

² Nas citações, manteremos sempre, como padrão, a grafia das obras utilizadas em suas respectivas edições.

esquadrinhando os atuais estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

O foco de atenção desta dissertação foi colocado na figura de von Martius, cujo pensamento acompanhamos ao longo da narrativa de viagem. Como auxílio adicional para nossa análise, vamos abordar parcialmente também três obras que este cientista ainda publicou, a saber: *O estado de direito entre os autóctones do Brasil* [Munique, 1832 (para a tradução ao português, v. São Paulo, 1906)], *O passado e o futuro do homem americano* [Freiburg, 1838 (para a tradução, v. São Paulo, 1904)] e o tratado *Como se deve escrever a história do Brasil* (Rio de Janeiro, 1844). Além destas três obras, de caráter essencialmente científico, vamos analisar o romance **Frey Apollonio**, que von Martius não chegou a publicar. Não obstante, tendo sido traduzido ao português, ensejou em 1992 uma publicação simultânea com sua edição em alemão, a qual, apesar de ter recebido muitas críticas, o que adiante explicaremos, também nos permite uma boa aproximação ao pensamento de von Martius, nos auxiliando na sua compreensão.

Ao enfatizarmos a personagem de von Martius, o recorte temporal da pesquisa cobriu um período aproximado de vinte anos de sua vida, nos quais foram publicados os trabalhos posteriores que vamos utilizar. Quanto à publicação de **Frey Apollonio**, a edição foi resultante da primeira versão do romance, que o naturalista finalizou em 1831.

Portanto, estabelecemos como marco inicial desta dissertação a publicação de **Viagem pelo Brasil**, iniciada em 1823; como baliza final, definimos o tratado de von Martius *Como se deve escrever a história do Brasil*, finalizado em 1843 e publicado em português na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (RIHGB) em 1844. Para além da narrativa de viagem e do tratado de 1844, todas as obras receberam traduções e publicações em português; nelas o cientista continuou a versar sobre os índios.

O tratado *O estado de direito entre os autóctones do Brasil* foi publicado em alemão em 1832 e em português na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP), em 1906; já o texto que von Martius preparou e publicou para a Conferência dos Naturalistas e Médicos Alemães, ocorrida em Freiburg a 18 de setembro de 1838, intitulado *O passado e o futuro do homem americano*, foi publicado também na RIHGSP dois anos antes, em 1904.

Neste sentido, ainda que admitamos a participação efetiva de von Spix em todos os registros da viagem, assumimos que von Martius é o autor da maior parte da narrativa publicada, não apenas porque lhe coube a responsabilidade da redação, edição e publicação dos dois últimos volumes, mas também porque verificamos diferenças significativas no estilo narrativo de ambos, presentes – de modo mais contundente – no terceiro volume, que traz capítulos cuja autoria – em sua maior parte – coube apenas a von Martius. Além disto, a narrativa recebeu muitos acréscimos após a viagem, durante o processo de edição, e algumas questões verificadas em trabalhos posteriores de von Martius aparecem já, sobretudo em notas ao texto da narrativa.

Conforme apontamos, na pesquisa realizada para esta dissertação submetemos a narrativa de viagem a uma análise focada nas considerações sobre os índios. A seguir faremos uma exposição sumária de cada um dos três capítulos que compõem este trabalho.

No primeiro capítulo, seguiremos o percurso da viagem com o foco em von Martius, utilizando como referência suas considerações sobre a natureza, nas quais o viajante procura estabelecer relações com os índios. Tais considerações são elemento de destaque no contato inicial de von Martius com o Brasil, permanecendo ao longo do restante da narrativa e em seus escritos posteriores. Interessa-nos aqui observar de que maneira o autor analisa a natureza deste território, vinculando seu olhar do mundo natural com a percepção da população indígena. As questões que nos guiam podem ser resumidas na pergunta: von Martius entendia o índio como parte da natureza? Quais são os vínculos que o cientista estabelece entre o espaço físico, a flora e a fauna, e a população aborígine? Na busca por respostas a estes questionamentos, daremos especial atenção ao texto *O passado e o futuro do homem americano*.

No segundo capítulo iremos tratar sobre as subjetividades, aspecto peculiar numa literatura de viagem. O texto de **Viagem pelo Brasil** permite-nos uma aproximação aos sentimentos do viajante, o que nos conduzirá a perceber que o olhar de von Martius tanto em relação à natureza quanto em relação ao índio possui um caráter dicotômico. A curiosidade, o desejo de conhecer e entender os fenômenos humanos não ocultam seus questionamentos, angústias e expectativas quando estabelece contato com os povos indígenas, e isto se torna tanto mais evidente quando confrontamos as observações constantes da narrativa à luz do pensamento posterior, formulado em escritos das décadas de 1830 e 1840, especialmente no seu romance **Frey Apollonio**, cuja primeira escrita, finalizada em 1831, mesmo ano de publicação do terceiro tomo da narrativa de viagem, é muito significativa.

No terceiro e último capítulo, iremos considerar a busca pela história dos índios. Trata-se de uma questão de nodal importância no pensamento do nosso personagem. A busca pela historicidade na existência dos povos indígenas no território brasileiro constitui uma preocupação que acompanhou von Martius nos seus trabalhos ao longo de toda a vida. Este interesse é manifesto principalmente por meio da investigação da língua dos indivíduos, grupos e sociedades com os quais o bávaro se relacionou, e compõe parte vultosa de suas considerações. Nos seus estudos linguísticos, o cientista afirma que há – no momento da sua viagem – a ausência de uma língua comum entre os índios observados, a qual, segundo este estudioso, era resultado do caráter decadente da sua existência naquela época. Esta temática tem sido já abordada por diversos autores, que têm focado suas observações na análise do ensaio *Como se deve escrever a história do Brasil*; nosso propósito é complementar esses trabalhos com um estudo atento das primeiras observações sobre este assunto, que encontramos na narrativa da viagem.

Os três pontos definidos para tratamento em cada capítulo são recorrentes nas considerações ao longo de toda a narrativa, e persistem nas três obras posteriores de von Martius que também incluímos parcialmente na nossa análise. Nosso objetivo é acompanhar e compreender – nos meandros da viagem e nos anos subsequentes do naturalista da Baviera – em que medida o viajante foi mudando sua concepção sobre a população indígena. Nesta perspectiva, entendemos que a viagem concreta de von Martius foi alicerce para uma viagem intelectual que o cientista continuou fazendo.

CAPÍTULO 1. A NATUREZA, OS ÍNDIOS E A TESSITURA DE UMA HISTÓRIA

“Internámo-nos...” (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 2, p. 191).

“[...] nos incitava o desejo de entrar quanto antes em contato com os indígenas do Brasil...” (idem, vol. 1, p. 257).

“Nós já havíamos ouvido contar muita coisa desses belos filhos das selvas, e o nosso anseio de observar de perto uma tribu tornava-se cada vez mais vivo” (idem, p. 321).

O elemento que marcou o contato inicial de von Spix e von Martius com o Brasil foi a natureza. A composição desta e as impressões decorrentes de sua observação ocupam parte vultosa de suas narrações. A apreensão da natureza constituiu-se, efetivamente, na mediadora do contato com o Brasil, e compôs o alicerce a partir do qual os viajantes construíram sua visão do país. Além disto, todo o percurso da viagem e as considerações decorrentes foram norteados por ela.

Este fator é percebido de modo claro ao investigarmos a compreensão de von Martius a respeito das populações aborígenes. A relação entre a natureza e os índios no pensamento do naturalista também foi discutida pelo historiador Manoel Luís Salgado Guimarães em seu artigo *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*.

Em sintonia com o contexto filosófico do seu tempo, que entendia a história como “índice de civilização”, Guimarães aponta que von Martius empreendeu esforços no escopo de apresentar uma proposta sobre como integrar os índios à história da humanidade (GUIMARÃES, 2000, s.p.). Em uma afirmação basilar do seu estudo, o autor observa, em relação a este interesse de von Martius, que o cientista demonstrou “uma perspectiva de história que integra a natureza destas regiões como parte da explicação histórica, ou pelo menos como um caminho para sua escrita” (ibidem).

A perspectiva histórica presente no olhar dos viajantes naturalistas alemães de inícios do XIX e seus desdobramentos também foi assinalada pela historiadora Ana Luisa Fayet Sallas já nas primeiras linhas de seu artigo *Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação*. Afirma Sallas que: “As ideias de nação e história produzidas pelos viajantes europeus que estiveram no Brasil no início do século XIX tiveram papel fundamental na construção de um imaginário sobre os povos indígenas e os modos de inscrevê-los no tempo e no espaço” (2010, s.p.).

O aspecto apontado por Guimarães, no que tange à perspectiva histórica sobre as populações indígenas a partir da observação da natureza, pode ser compreendido com mais clareza ao atentarmos para os encargos que von Spix e von Martius assumiram antes de empreenderem a expedição pelo Brasil. No primeiro volume de **Viagem pelo Brasil**, ao iniciarem a narração, discorrendo sobre os preparativos e suas expectativas, os cientistas afirmam que:

[...] foram recomendados **os dois assuntos, zoologia e botânica**, – aos viajantes, **como dever principal; ao mesmo tempo, porém, deviam cuidar dos outros ramos científicos**, tanto quanto o tempo e as circunstâncias permitissem. O dr. Spix, como zoólogo, encarregou-se de todo o reino animal [...] Nesse domínio, incluía ele **tudo que dizia respeito ao homem, tanto indígenas como imigrados**: as diversidades, conforme os climas; o seu estado físico e espiritual, etc. (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 8, grifo nosso).

Nota-se primeiramente que, como naturalistas e em consonância com suas respectivas formações acadêmicas, von Spix e von Martius deveriam atentar para a natureza. Todavia, ao relacionar e incorporar entre seus objetivos interesses de outras áreas do saber, von Spix ficou encarregado de estudar “tudo que dizia respeito ao homem”, incluindo aos índios. Nesta perspectiva, os encargos assumidos por von Martius para suas observações, no que tange à sua especificidade como cientista, também demonstram amplitude:

O dr. Martius, como botânico, assumiu o encargo de pesquisar **o reino da flora tropical, em toda a sua extensão**. [...] Finalmente, iria êle realizar **o alvo da sua expedição com pesquisas rigorosas das plantas medicinais, assim como de todas restantes matérias vegetais, cuja utilidade para as artes e indústrias se comprovassem, tais como as usadas na sua pátria** (idem, p. 8-9, grifo nosso).

Toda a abrangência dos objetivos de von Spix e von Martius aponta para sua inserção no contexto no qual as nações europeias, numa perspectiva imperialista, almejavam expandir sua projeção e estabelecer seu poderio perante outros Estados em formação. Neste sentido,

Miriam Moreira Leite aponta em seu artigo *Naturalistas Viajantes* que “Martius contou com o patrocínio de D. José I, Rei da Baviera, da Academia de Ciências de Munique e do chanceler austríaco, príncipe de Metternich” (LEITE, 1994-5, p. 15). Além disso, suas incumbências demonstram o espírito das Luzes, em sua busca de caráter enciclopédico pelo conhecimento. Neste sentido, além do exposto acima, cabiam ainda aos cientistas

[...] o estudo das diversas línguas, traços característicos dos povos, as tradições históricas e os mitos, os monumentos mais antigos e os novos, assim como inscrições, moedas, ídolos, e, particularmente, tudo que pudesse esclarecer o estado de civilização e história dos aborígenes e dos atuais habitantes do Brasil (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 10, grifo nosso).

É significativo observar esta atenção sobre a língua, como um dos “traços característicos dos povos”, já nas primeiras linhas da narrativa. De fato, von Martius manifestou notável interesse por este aspecto também em suas obras posteriores, o que adiante vamos tratar. Nada obstante, percebemos que a base para a observação e compreensão dos indígenas no conjunto de seus escritos encontra-se principalmente na relação que o naturalista via entre estes povos e a natureza. Vamos agora acompanhar como se desdobrou este processo, seguindo o pensamento de von Martius desde sua chegada ao Brasil.

1.1. A natureza, o primeiro e permanente elo com o Brasil

Ao analisarmos a narrativa de **Viagem pelo Brasil**, percebemos que a natureza é apreendida e media o contato de von Spix e von Martius com o Brasil de duas maneiras. Primeiramente, constituída numa ambivalência, torna-se fonte de sentimentos opostos. A paisagem – ou espaço – natural, tanto provoca deleite quanto pavor, ambos entremeados de êxtase. Pode ainda provocar alegria ou melancolia, sentimentos que, conforme avançam na viagem, tornam-se recorrentes. O percurso pelo Amazonas, almejado alvo dos viajantes, alcançado após duras provas pelo sertão, acentua, sobretudo, a melancolia, principalmente pelas saudades da família e da Europa, mas sobre isto trataremos mais detidamente adiante. Por outro

lado, como cientistas, von Spix e von Martius experimentam a “munificência” da natureza no Brasil, vendo-a como fonte de recursos (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 240).

Todavia, é o aspecto de deleite – decorrente da observação da natureza –, que ocupa as primeiras considerações dos bávaros, ecoando por toda a narrativa de **Viagem pelo Brasil**. Neste sentido, é importante iniciar destacando que os primeiros cinco meses da expedição foram passados no Rio de Janeiro, cidade que marcou indelevelmente os viajantes. Na expectativa de reunirem-se à comitiva austríaca, que acompanhava a arquiduquesa Leopoldina e ainda não havia chegado ao Brasil, os cientistas empreenderam passeios pela cidade e seus arredores.

A narração da estada e percursos pelo Rio de Janeiro ocupa dois capítulos e parte de um terceiro, que compõem o Livro Segundo do 1º volume da narrativa de viagem, organizado em quatro livros com três capítulos cada um, com exceção do primeiro, que apresenta quatro capítulos. Quando chegaram à cidade, em 15 de julho de 1817, a natureza e as impressões decorrentes de sua vista foram descritas com o máximo de detalhes:

O dia estava encantadoramente claro e límpido, [...] Depois do meio dia alcançamos [...] **mágico panorama** [...], onde o espelho do mar reluzia como sossegado lago, e [...] no fundo [...] uma serra coberta de matas, como **jardim paradisíaco de fertilidade e magnificência**. [...] **Todos se deleitavam na contemplação do país, cuja doçura, cuja variedade encantadora e cujo esplendor superam o que há de mais belo na natureza** [...]. **Assim se alternavam sem interrupção novos, graciosos e espetaculares cenários, diante de nossos olhos admirados** (idem, p. 80, grifo nosso).

Embora reconheçam a “fertilidade e magnificência” da natureza no Brasil, é o seu aspecto “mágico” e “paradisíaco” que atraiu primeiramente os olhares dos estrangeiros que chegavam. A beleza e encanto da paisagem sobrepujavam qualquer tentativa de comparação. Este aspecto permanece ao longo de toda a narração de viagem e em boa parte das obras posteriores de von Martius. No caso de **Viagem pelo Brasil**, a maneira como os viajantes construíram seu texto enseja a aproximação dos leitores não só ao sentimento advindo a partir da contemplação da natureza, mas também desta por si mesma.

Guimarães também reconhece este aspecto no texto de von Martius, e ao assumir, no trabalho de análise de um texto de viagem, seu “[...] significado como possibilidade e condição para uma escrita de natureza histórica”, o historiador aponta que:

A partir de uma ausência – o conhecimento prévio – e de uma presença – a experiência advinda da visão – constitui-se uma narrativa que busca tornar acessível uma experiência não vivida a um grupo que passa a partilhá-la pela

via do conhecimento. **A atividade do historiador comportaria assim a combinação de duas atitudes centrais: o ver e o saber elaborados por um sujeito que relata, combinando ao mesmo tempo a informação sensorial advinda de uma certa experiência da realidade a uma reflexão metódica sobre esta mesma experiência** (GUIMARÃES, 2000, s.p., grifo nosso).

Na seguinte citação, do capítulo que trata ainda sobre a estada de von Spix e von Martius na cidade do Rio de Janeiro, os viajantes discorrem sobre suas impressões decorrentes do luar. Opinamos que ela evidencia os aspectos que Guimarães trata, no que tange ao caráter de uma narrativa de natureza histórica:

Quem não experimentou o encanto do luar [...] nestas afortunadas latitudes, não poderá fazer descrição acertada das elevadas sensações, que tão maravilhosa natureza desperta na alma do observador. Uma delicada, transparente névoa **paira** [...]; a lua **brilha** [...] entre pesados grupos de nuvens [...]; as zonas iluminadas pelo luar destacam-se frisantes, ao passo que mágico crepúsculo parece **afastar** da vista as zonas escuras. Apenas **perpassa** uma aragem, e as acácias mais próximas **fecham** as folhas, para dormir e ficam quietinhas [...]; ou então **cai** súbito vento e **ramalham** as folhas sem suco do cajueiro [...]; as grumixameiras e pitangueiras [...] **deixam cair** uma perfumada neve; as magestosas palmeiras **ondeiam** os seus leques [...]; **chiam** estridentes as cigarras, os grilos e as rãs **coaxam**, [...], e **tudo imerge** [...] em suave melancolia (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 104, grifo nosso).

A leitura viabiliza o estabelecimento de uma conexão muito próxima, a partir da qual podemos vivenciar e apreender – em grande medida – as impressões do viajante. De fato, com base na reflexão proposta por Guimarães, a narrativa de von Martius permite-nos o acesso ao espaço no qual se encontra. Além disso, considerando a construção verbal que o narrador lança mão, tal espaço é presentificado. Nesta perspectiva, percebemos ainda no registro a combinação de um espaço visto e sentido num dado momento, apresentado de modo metódico. A continuação da narração demonstra ainda a perspicácia do narrador, além de acentuar a percepção da experiência sensorial:

Quasi imperceptível murmura [...] um regato [...], e o macuco [...] clama [...] por socorro. Com o correr do tempo, sopram outras aragens embalsamadas, e de contínuo desabrocham alternadas as flores da noite as suas corolas, derramando quasi entontecedoras fragâncias; [...] e assim se mantém um fluxo e refluxo de olores. Ao passo que o mundo tranqüilo das plantas [...] com as suas exalações balsâmicas, glorificava a noite, resplandecia o horizonte incessantemente com os clarões da calmaria, elevando a alma em alegre admiração às estrelas que no firmamento resplandeciam [...], despertando noção de maravilhas de mais alta natureza. No gôzo da magia de tais noites lembra-se o europeu recém chegado com saudade de sua pátria até que a rica natureza tropical se vai tornando para ele uma segunda pátria (idem, p. 104-5).

O trecho demonstra ainda um aspecto recorrente na narração de von Martius: a natureza encanta. Tal encanto enseja divagações, motiva sentimentos, conectando-o com a Europa. Todavia, na ausência desta, se oferece aquela, qual segunda pátria, amenizando as saudades do viajante. Este aspecto das narrativas de viagem também é apontado por Sallas como um traço comum ao gênero:

Na perspectiva da produção cultural, [...] os livros de viagem [...] foram consumidos avidamente pelo público leitor do início do século XIX como bens culturais. Desse modo, **o que poderia ser entendido como experiência particular e privada deixa imediatamente de sê-lo ao ingressar no mercado simbólico de bens culturais. Essa relação entre autor e leitor reafirma o caráter público da cultura** (SALLAS, 2010, s.p., grifo nosso).

Guimarães também discorre sobre este aspecto, apontando que von Martius, na construção de sua narrativa, “[...] se faz presente [...] convidando seu leitor a participar desta viagem, integrando-o numa relação em que a leitura é parte constitutiva do próprio texto” (GUIMARÃES, 2000, s.p.). O autor observa ainda que o viajante “[...] é capaz de organizar seu relato produzindo as noções de sequencialidade e simultaneidade [...], organizando um quadro [...] em que todas as peças [...] parecem encaixar-se” (ibidem).

Em relação a esta questão, concordamos também com Guimarães, na medida em que observarmos que a narrativa de von Martius não se constitui apenas como o registro de uma temporalidade e espaço que fazem parte tão somente de um passado que se distancia, mas mediante o recordar e narrar, processa-se um retorno, com vistas a apresentar o que seus olhos viram. Isto fica evidente ao atentarmos para os tempos e formas verbais que os viajantes utilizam, conferindo um aspecto fluido a esta temporalidade, sujeita ao movimento da própria natureza e às suas influências. Formas verbais como “reluzia”, “verdejam”, “deleitavam”, “superam”, “elevam-se”, “destaca-se”, “levantam-se”, “ostentam-se”, “derrama-se” e “se alternavam” conferem uma eloquência resultante da paisagem que o naturalista procurou retratar (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 80).

É nesta atmosfera que, “[...] maravilhado passa o navegante estrangeiro por entre as muitas ilhas cobertas de majestosas palmeiras” (ibidem). Tendo em conta a admiração e encanto de von Martius pelas palmeiras – cuja notoriedade acentuou-se pela publicação de sua monumental **Historia Naturalis Palmarum** (Munique, 1823-1850, 3 vols.), que lhe valeu justificadamente o codinome de Pai das Palmeiras –, esta citação, fruto do registro da chegada e primeiro contato com o Brasil, é muito significativa.

O historiador Carlos Oberacker aponta ainda que com os estudos e sistematização das palmeiras, von Martius alcançou uma projeção tal que até mesmo Humboldt reconheceu que ‘Enquanto se falar de palmeiras e se conhecerem palmeiras, o nome de Martius será celebrado’ (Humboldt apud OBERACKER, 2004, p.127).

Além disso, o Rio de Janeiro é apresentado como uma cidade que se encontra cercada por esta natureza, impregnada e envolvida por uma “soberba selva”, de cujo interior “derrama-se olor ambrisiano”. Isso fica claro pela construção textual que os viajantes fazem, retratando a cidade como que num quadro. Neste, percebem-se três camadas: a primeira é composta pelas margens, que “elevam-se [...] na claridade magnífica”; a segunda é formada pelas casas, capelas, igrejas e fortalezas, situadas “no meio do verde vivo”; por fim, aparecem os “audaciosos [...] rochedos”, ostentando, “em toda a plenitude a uberidade da floresta tropical” (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 80).

A análise das considerações expressas na citação demonstra que, efetivamente, a natureza no Rio de Janeiro, perfazendo a cidade, marcou von Martius. Bem mais que por sua posição, estabelecida como capital do Império, suas paisagens tornaram-se referenciais constantes para as observações de outras partes do Brasil. O viajante demonstra claramente isto no segundo volume, quando, ao chegar à Bahia, em novembro de 1818, apresentou Salvador, tecendo comparações com o Rio de Janeiro. Apesar de reconhecer a abundância de “belas paisagens” nas cercanias da Baía, cuja contemplação muitas vezes enlevava a alma, além das ilhas com sua “feição idílica”, que encantavam o observador, von Martius observou que

Entretanto, aqui não se encontram nem as românticas alternativas de vistas, nem a plenitude pujante da mata virgem frondosa, nem as grandiosas formas das serras, **conjunto que faz do Rio de Janeiro um dos mais belos lugares do mundo** (idem, vol. 2, p. 327, grifo nosso).

Além de sua beleza natural, os viajantes definem o Rio também como uma referência cultural para o Brasil. Neste sentido, apontam que, apesar do “senso artístico da pintura e da arquitetura” não serem comuns na cidade, “[...] é a música, entre **os brasileiros**, e, especialmente no Rio, cultivada com mais gosto, e nesse sentido se chegará muito cedo a certa perfeição” (idem, vol. 1, p. 102, grifo nosso). Nesta perspectiva, prosseguem:

O brasileiro tem [...] fino talento para modulação e progressão harmônica, e baseia o canto com o simples acompanhamento do violão. É aqui a viola [...] o instrumento favorito [...]. **As canções populares, cantadas com acompanhamento do violão, são parte originárias de Portugal, parte**

inspiradas pela poesia indígena. [...] uma banda particular de música vocal e instrumental, que o príncipe herdeiro formou com mestiços indígenas e pretos, indica bastante o talento musical do brasileiro (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 102, grifo nosso).

Ainda que não se atenham em esclarecer e definir o que compreendem por brasileiro, cuja formulação no trecho aponta para uma visão unitária, os viajantes percebem seu talento para a musicalidade. Esta observação, feita antes de um contato mais próximo com os indígenas, permite ainda visualizar a compreensão inicial que von Spix e von Martius tinham a respeito destas populações, cujo talento, avaliado de modo positivo, conheceram, registrando sua participação e influência nesta musicalidade, a ponto de “D. Pedro, que parece ter herdado do seu avô D. João IV notável gosto pela música [...] reger às vezes, êle próprio, essa orquestra, que, por isso, procura executar as peças com grande correção” (ibidem). Nesta perspectiva, é importante ainda ter em conta a formação musical de von Martius, a qual motivou seu interesse em observar a música no Brasil, ensejando, inclusive, o registro em partitura de algumas canções indígenas, dentre outras de origem popular.

Além da apreensão da natureza em seu aspecto de deleite, von Spix e von Martius viram-na como fonte de recursos. Nesta perspectiva, Guimarães também aponta que

Diferentemente das viagens exploratórias anteriores, os viajantes do século XIX o fazem com o intuito de produzir conhecimento científico seguro, **esquadrinhando cuidadosamente** as regiões para construir um painel que abrigasse desde as características físico-geográficas das áreas visitadas, até as características sociais e políticas dos povos que as habitavam (GUIMARÃES, 2000, s.p., grifo nosso).

Nesta perspectiva, quanto ao modo como se processavam as observações, o autor afirma ainda que as narrativas de viagem não deveriam oferecer ao público europeu “apenas um conjunto de impressões ‘romanceadas’ mas um relato circunstanciado, a partir de um método de trabalho, base para a constituição de um saber sobre as sociedades humanas de forma geral”. Guimarães conclui que os viajantes deveriam “decifrar para o código letrado europeu as formas de organização social [...] um dos importantes objetivos deste empreendimento” (ibidem).

No que diz relação às publicações que acompanhavam tais empreendimentos, o autor as aponta como resultantes de uma “relação particular que se estabelece entre o olhar e o texto, que deve dar conta de um processo de apropriação da natureza e dos homens, constituindo a este respeito minucioso inventário” (ibidem).

Ilustra o aspecto científico da viagem a citação seguinte, registro dos passeios pelos arredores do Rio de Janeiro, nas cercanias da Serra dos Órgãos. Os viajantes observam:

Ao passo que as pesquisas dos fisiologistas das plantas nas nossas latitudes inclementes somente são feitas em penosas condições para averiguar o estado interior do vegetal, aquí a natureza trata de resolver êsses problemas livremente com exemplares e se deixa à vontade investigar na sua oficina secreta. Nêsse sentido seria certamente trabalho muito importante repetir aqui, sob o favorável céu tropical, as experiências de Hales, Duhamel, Grew, Knight e outros em mais ampla escala, afim de tirar delas as leis gerais da vegetação (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 149).

Na tarefa das ciências, os autores se colocam aqui como herdeiros e continuadores de uma longa e erudita tradição. Não é por acaso que os nomes citados – Stephen Hales, Henri Louis Duhamel, Nehemiah Grew e Thomas Andrew Knight – referem-se a destacadas figuras da pesquisa no campo da botânica.

Tal é a preponderância da munificente natureza do Brasil – característica que, na continuação da expedição, os viajantes terão ocasião de constatar e fixar, especialmente quando percorrerem São Paulo –, que “se deixa à vontade investigar”, ao contrário do que ocorria na Europa. A citação ilustra ainda o caráter da natureza como mediadora do contato com o país, que não se processava, conforme apontamos, apenas pelo deleite que influía no observador, mas também pelos recursos que poderia prover para a ciência. Nesta perspectiva, Guimarães aponta que “Indicar os usos de determinados produtos da natureza é em muitos momentos para von Martius a maneira de dar sentido e tornar próxima uma natureza tão diversa (GUIMARÃES, 2000, s.p.). Além disto, o historiador comenta, em relação às remessas dos produtos coletados e às imagens produzidas pelos artistas que acompanhavam a expedição, que estas deveriam conferir “maior realidade” à narrativa, visando a construção, para os olhos europeus, da “América possível”, pela mistura de “deslumbramento e repulsa” (ibidem).

O seguinte trecho da narrativa relaciona-se com esta questão. Ainda no Rio de Janeiro, ao percorrerem seus arredores, von Spix e von Martius visitaram a fazenda Mandioca – cuja casa foi desenhada pelo artista austríaco Thomas Ender e publicada em uma das litografias do **Atlas da Viagem pelo Brasil**. Propriedade do também cientista viajante, o barão Langsdorff, os naturalistas passearam por suas cercanias, investigando, registrando e tecendo longas considerações sobre a vegetação observada, e concluíram que “[...] todos êsses magníficos produtos de terra tão nova combinam-se num quadro, que **mantem o naturalista europeu num continuo estado de espanto e de êxtase**” (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 152/ grifo nosso).

Verificamos que a variação de sentimentos que Guimarães aponta, provocada na recepção tanto dos textos quanto das imagens produzidos a partir das viagens naturalistas, era o eco de uma manifestação ocorrida no próprio viajante-narrador. No caso de von Martius, que adiante trataremos mais detidamente, tal variação – que, num certo sentido, constitui-se numa dicotomia, em meio a determinadas circunstâncias – é percebida tanto em relação à natureza quanto a partir da observação dos índios. No que tange à natureza, apesar de os viajantes observarem e discorrerem sobre todas as dificuldades para se manter no Brasil, sua impressão final, já prestes a partirem de Mandioca, é a de que

Quem [...] vencer as primeiras provações com felicidade, assegurar o seu lar no belo Brasil e habituar-se ao clima tropical, de boa vontade o adotará para segunda pátria; si acaso vizitar ainda a Europa, sentirá crescer o desejo de voltar e louvará o Brasil, como o mais belo e magnífico país da terra, embora outros costumem considerá-lo inhabitável (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 163).

Verificamos nesta passagem, uma ponderação realizada após o término da expedição pela fazenda Mandioca, a influência que a natureza no Brasil causou sobre os viajantes, a despeito de todas as vicissitudes ao longo do percurso.

Após termos observado a construção de uma visão do Brasil mediada pela natureza, cabe agora abordar algumas especificidades quanto à observação dos índios, conforme von Spix e von Martius avançavam em sua expedição. Segundo Guimarães, tal observação encontra-se sob um contexto no qual a Europa procurou estabelecer novas relações com a América, pautadas pelo “conhecimento ‘científico’” (GUIMARÃES, 2000, s.p.). Tal conhecimento visava a construção de pontes e o estabelecimento de uma nova forma de dominação, a partir de “um saber sobre estes povos apoiado na letra e na palavra que os define e cataloga” (ibidem).

1.2. Algumas especificidades do Brasil

Na continuação da expedição de von Spix e von Martius pelo Brasil, vamos percebendo a tentativa de implementação desta nova forma de relação que a Europa passa a construir com a América. O aspecto científico das observações verifica-se também quanto ao homem, que os bávaros continuamente procuram investigar. Uma das facetas que perfazem o desdobramento deste processo verifica-se no aspecto minucioso da narração a respeito deste homem, visto não apenas em seu aspecto cultural – se assim podemos colocar – mas também fisicamente.

É a tentativa de defini-lo sob certos padrões, lançando mão, neste processo, da catalogação, com vistas a estabelecer a relação que permitirá seu conhecimento. No que tange aos indígenas, é interessante analisar de que modo von Martius tece suas considerações na continuidade da expedição, antes de um contato efetivo, ainda que reconheçamos que, no momento em que edita a narrativa de viagem, o narrador apresenta muitos acréscimos e adiantamentos de questões relacionadas a eventos ainda não ocorridos, fazendo ainda reelaborações sobre as considerações constantes de seus registros originais.

Utiliza, ainda, modelos previamente assumidos como válidos para as observações, reformulando-os ou problematizando-os. Neste sentido, o trecho seguinte, que traz algumas considerações feitas quando do encontro com imigrantes chineses na Fazenda Real de Santa Cruz, viajando do Rio de Janeiro para São Paulo, em dezembro de 1817, é significativo:

A fisionomia dos chins [*sic*] imigrados foi-nos de especial interêsse, e **com o tempo ainda de maior espanto**, pois **julgámos descobrir neles o tipo básico, que também se observa nos índios**. [...] são comuns à fisionomia de ambas as raças o formato pequeno, não oblongo, mais anguloso arredondado, da cabeça, um tanto pontuda, a largura da face, bossas frontais proeminentes, a testa estreita, as maçãs do rosto fortemente salientes, a posição oblíqua dos olhos pequenos estreitamente fendidos, o nariz obtuso, pequeno, igualmente esborrachado, a falta de cabelo basto no queixo e no resto do corpo, o cabelo da cabeça negro escorrido, comprido, a côr amarela ou avermelhada da pele: traços claramente idênticos das duas raças (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 1, p. 173, grifo nosso).

Além da observação dos aspectos físicos, von Martius também procurou atentar para o “caráter”, item importante do padrão de observação utilizado pelo naturalista. Na continuidade

da comparação entre os índios e chineses, por exemplo o viajante notou a presença, em ambas as “raças”, de um caráter “desconfiado, pérfido, [...] inclinado ao furto”, além de uma “expressão de mesquinhez e compreensão mecânica”. Nesta perspectiva, von Martius avaliava que “pela comparação da fisionomia mongólica com a americana”, o observador poderia “encontrar vestígios condutores para a série de desenvolvimentos, pelos quais devem ter passado os asiáticos orientais, sob o influxo de outro clima, e, finalmente, para se transformarem em americanos” (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 173).

Verificamos que todos os pontos destacados para a observação já haviam sido utilizados antes mesmo dos viajantes chegarem ao Brasil. Ao percorrerem alguns lugares em Gibraltar, por exemplo, já haviam se deparado com a alteridade, registrando na narrativa as características físicas e do caráter dos grupos que encontraram, sendo, ainda, capazes de identificar a origem dos tipos humanos observados. Assim, von Spix e von Martius perceberam diferenças entre “o louro nortista” e “o moreno sul europeu” dos “estrangeiros de origem oriental”, atentando, inicialmente, para seu semblante e “formas do corpo” (idem, p. 41). Discorreram ainda, a partir da observação dos marroquinos, sobre o “africano do norte” (ibidem). Ao passarem por Tarifa, os viajantes perceberam sua ligação com os mouros na sua fisionomia (idem, p. 47), e na Ilha da Madeira, atentando para os “característicos fisionômicos”, perceberam a miscigenação com os africanos que eram trazidos de Guiné (idem, p. 62).

No Brasil, todavia, não são capazes de identificar a origem dos índios que encontram. Neste sentido, procuram fazer aproximações, e a comparação com os chineses vistos em Santa Cruz fazia parte desta tentativa de aproximação. Não obstante, von Spix e von Martius, percebendo a dificuldade em identificar a origem daqueles, problematizam os padrões utilizados:

Com essas investigações antropológicas [que levavam em conta a influência climática na formação das “raças”], chega-se ao curioso resultado de que certamente as predominantes distinções dos característicos formadores das raças não fazem transição fácil de uma para outra, ao passo que aqueles traços, que tocam incidentalmente, se vão mais ou menos, a pouco a pouco, perdendo ou alterando, por uma série de formação gradual (idem, p. 173).

Nota-se a dificuldade que os viajantes têm em investigar os índios. Trata-se das tentativas iniciais. No Brasil, von Spix e von Martius falam sobre um “tipo básico comum” para todas as “raças”, em contraste com a etiópica. Este tipo básico seria proveniente da Ásia central e teria “evoluído”, dando origem, respectivamente, às raças mongólica (“mais antiga”),

americana, malaia e caucásica. Investigar este processo seria “uma das mais importantes e interessantes tarefas para a Antropologia, assim como para a história da evolução da terra” (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 174).

1.3. O índio sob a ótica da natureza

Uma questão importante a se considerar, na análise que concerne à natureza como mediadora do contato de von Martius com o Brasil, é o modo como o viajante procurou relaciona-la à população indígena.

Na observação da narrativa de viagem, percebemos como o naturalista, em muitas ocasiões, utilizou-se do saber desenvolvido tanto pelos mestiços descendentes de índios, como quando von Martius percorreu São Paulo, por exemplo, quanto pelos próprios índios, quando o viajante passou por Retiro, uma fazenda perto da vila de São João Marcos, ainda no Rio de Janeiro, em dezembro de 1817.

Notamos que, sobretudo no que se relacionava à sua especialidade acadêmica, como médico e botânico, e, efetivamente, como a realização de um dos objetivos assumidos para a viagem, em seu processo de apreensão desta natureza, von Martius valeu-se do saber dos indivíduos e grupos com os quais se relacionou, um conhecimento desenvolvido a partir da relação que tais indivíduos e grupos haviam construído em seu contato com a natureza.

Nesta perspectiva, no que diz relação com a população indígena, von Martius também procurou observar a língua destes indivíduos e grupos, com base na qual procurava investigar seu saber a respeito da natureza, especialmente da flora. A partir disto, o naturalista buscava tecer uma história destes povos. Esta questão persiste em seu texto *O passado e o futuro do homem americano* (1838), no qual constatamos a relação que o cientista estabelece entre natureza e história, no concernente às populações aborígenes.

Trata-se de um trabalho preparado para ser apresentado numa conferência de naturalistas e médicos alemães em setembro de 1838. Von Martius inicia seu discurso propondo uma questão. Quais as razões “físicas e morais” que deveriam ser “admitidas” para explicar o “rápido desaparecimento” da “raça americana”, o naturalista perguntava. A reformulação da questão, que culminaria na definição do título do discurso, resultou que von Martius objetivava tratar do passado e futuro do “homem americano” (MARTIUS, 1904, p. 534).

Todavia, ainda que – conforme sugere o título da conferência – uma abordagem histórica sobre a temporalidade do “homem americano” fosse o objetivo do discurso de von Martius, a ideia evocada no título foi muito mais utilizada num sentido retórico. O cientista adianta já no segundo parágrafo, que seu objetivo era “aventar uma questão que diz respeito á secção medica” (ibidem).

Neste sentido retórico do título, notamos no pensamento de von Martius a persistência de uma questão: o enigma acerca do passado dos indígenas; questão esta que, a partir de sua **Viagem pelo Brasil**, já esboçara em seu romance **Frey Apollonio** e abordara em um outro tratado de inícios da década de 30 do século XIX, a saber, *O Estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Além disto, a reflexão sobre a nebulosidade em torno do passado dos índios já se encontrava entre a intelectualidade do Brasil, no contexto de gestação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Nada obstante, percebemos na formulação do discurso a necessidade que von Martius tinha de evocar este passado, na medida em que por meio dele, o naturalista visava construir a base, ainda que frágil, para sua argumentação quanto ao “desaparecimento” da “raça americana”.

No que diz relação com o futuro dos povos ameríndios, o cientista tinha bastante clareza. Bem mais que por um conhecimento efetivo de tal passado mais remoto, von Martius procurava articulá-lo com um passado recente que, então, vivenciara no Brasil, tendo observado de perto as populações ameríndias. Além disto, von Martius apresenta uma cuidadosa consulta a muitas fontes concernentes à história da América, desde seu processo de conquista. O fio norteador da conferência foi, pois, o vaticínio do naturalista quanto ao desaparecimento do “homem americano”.

Na continuação, von Martius apresenta duas ideias que pretendia desenvolver ao longo do discurso. Primeiramente, a de que a “raça americana” não se encontrava mais nas “condições primitivas, primarias, mas sim em condições muito mudadas, secundarias”; além disto, caminhava, então, para o seu “desaparecimento inevitável” (MARTIUS, 1904, p. 535). É interessante constatar que, mediante esta consideração, o naturalista retoma pensamentos registrados já em sua narrativa de viagem. Importa ainda ressaltar que este texto de von Martius é de 1838, portanto, sete anos decorridos da publicação do terceiro volume de **Viagem pelo Brasil** (1831) e seis, do tratado *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* (1832).

Se von Martius afirma não encontrar na “raça” americana “condições primitivas, primarias”, mas perceber “condições muito mudadas, secundarias”, o naturalista põe de manifesto a permanência de algumas de suas ideias basilares quanto à compreensão de uma história indígena que passara por um processo de degeneração, processo este desconhecido que se constituía, então, num enigma. Uma questão importante – relacionada ao fato de tal “enigma” –, é verificada no pensamento de von Martius em suas formulações quanto à “raça” ou “homem americano”. O cientista afirmava a “convicção” de que todos os povos designados como “autochtones americanos” formavam “um grande todo e especial” e encontravam-se “intimamente ligados” tanto no sentido “physico” quanto “moral” (MARTIUS, 1904, p. 535).

A concepção da unidade do homem americano aparece já nas primeiras considerações decorrentes da observação da população, nos primeiros meses de viagem pelo Brasil. Deste modo, fazendo referência às características físicas e também ao “temperamento, sensações, raciocínio e phantasia”, von Martius afirmava ainda “formarem” os americanos “um systema humano particular”; e “já pelo lado da historia natural, já pelo da historia geral”, constituírem “um facto singular, isolado e completo” (ibidem).

Nesta perspectiva, apesar de desconhecer a origem e condição, von Martius caracterizava como “remotissimo” o tempo no qual a “raça vermelha” teria vivido em condições diferentes das verificadas não apenas no seu tempo, mas já antes de os portugueses e espanhóis chegarem à América. Ainda que não afirme de modo contundente, a análise do pensamento do naturalista demonstra que ele considerava as anteriores condições de vida dos índios como melhores do que aquela em que, à época, se encontravam (ibidem).

Ao fazer referência ao pensamento desenvolvido por Jean-Jacques Rousseau quanto ao bom selvagem, von Martius caracterizava-o como uma “concepção que se propalou tão falsa

quão encantadora do estado natural dos selvagens”, sendo ainda, entretanto, amplamente assente na compreensão europeia a respeito das populações aborígenes, que eram vistas como “puros productos da natureza”, ainda não atingidas pela “civilização” (MARTIUS, 1904, p. 536).

Von Martius discorda, com veemência, de tais hipóteses, evidenciando e pontuando com exatidão sua mudança quanto à compreensão dos indígenas. Ainda que o cientista desconhecesse o processo pelo qual esses povos passaram anteriormente, para chegarem ao estado de “degradação” em que, segundo ele, então se encontravam, manifesta seu rompimento com as ideias de Rousseau.

Portanto, vemos que uma concepção a respeito dos índios como parte – ou “produtos” – da natureza foi sendo paulatinamente desconstruída por von Martius, conforme avançava em sua expedição pelo Brasil. Assim, verificamos em sua narração da viagem que, nas primeiras considerações a respeito dos índios, antes de contatos mais próximos, o viajante ainda os caracterizava como “belos filhos das selvas” (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 321). Mesmo quando já se encontrava no Amazonas, von Martius via alguns indivíduos como portadores de “ingênita bondade” (idem, v. 3, p. 314). Porém, ao fim do terceiro volume, fica evidente como von Martius rompeu definitivamente com o pensamento roussoniano.

Neste sentido, o naturalista reconhece em seu discurso que também chegara à América “com semelhantes idéas preconcebidas”, tendo vivido entre os “homens vermelhos” muito tempo, “antes de poder libertar-me [afirma von Martius] de uns tantos erros que, na Europa, nos são enxertados desde a infância” (MARTIUS, 1904, p. 536). Von Martius coloca que cada dia a mais que convivia com os índios, aumentava sua convicção de que eram muito diferentes na antiguidade e que, durante séculos, muitas “catastrophes” haviam-nos reduzido ao “singular atrophiamiento e degeneração intelectual” (idem, p. 537). “Os americanos [afirma ainda von Martius] não representam uma raça selvagem, representam antes uma raça degenerada que se tornou selvagem” (ibidem).

Considerações como estas permitem-nos concluir que, de fato, von Martius possuía notável interesse pela história indígena. Seus pensamentos recorrentes acerca de um processo de degeneração pelo qual os índios teriam passado constituem partes da tessitura de um discurso que o naturalista, em sua trajetória desde sua expedição pelo Brasil, construiu, e assumia-o efetivamente como um cuidado devido para com os índios, uma atitude que avaliava faltar no

Brasil. Outrossim, o reconhecimento de uma tal degeneração, ainda em curso, deveria ensejar medidas de solução da parte da jovem nação americana abaixo do equador. Essas reflexões de von Martius foram expressas de modo contundente na proposição de seu artigo *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), que vamos discutir no terceiro capítulo.

Von Martius ainda expande seu pensamento sobre a “degeneração” supostamente verificada entre os índios brasileiros, abrangendo também aos astecas (mexicas) que, mesmo não oferecendo “um aspecto tão triste como os selvagens brasileiros e outros do mesmo continente”, constituíam-se também “restos degenerados de um passado mais elevado e que muito antes da descoberta pelos europeus, de longa data já estavam no caminho da degeneração” (MARTIUS, 1904, p. 537). Não podiam, então, “escapar ao geral vaticínio de proximo desaparecimento do scenario terrestre como todos os mais povos e tribus ainda mais degenerados” (idem, p. 538).

Após apresentar, de modo mais detalhado, sua proposição para esse discurso, von Martius expõe quatro argumentos nos quais se apoiava sua opinião, quanto ao passado remoto do “homem americano” e ao seu processo de degeneração. Primeiramente, o olhar sobre o “estado social” atual dos indígenas; em segundo lugar, o grande número de suas línguas e dialetos e sua natureza; em terceiro lugar – que constitui o ponto que aqui nos interessa – von Martius observava a natureza que “circundava” estes povos e, finalmente, o naturalista atentava para as ruínas de edificios e outros “documentos históricos”, que atraíam a atenção dos investigadores (ibidem).

No que tange à observação da natureza, como uma base para a concepção do aspecto remoto da história ameríndia, que culminara no caráter “degenerado” que von Martius observava nestes povos, o naturalista procurava atentar para seus animais domésticos e plantas “uteis” (idem, p. 545). Nesta perspectiva, von Martius comparava o desconhecimento quanto à origem das plantas e animais da América com o mesmo estranhamento que havia “entre os povos do mundo antigo” (ibidem).

Ao procurar investigar, durante sua expedição, as plantas “uteis” dos “americanos”, dentre estas a banana, o naturalista registra sua dificuldade em encontrar “noticia segura” quanto ao encontro de tais produtos em “estado selvagem” (idem, p. 546). Já com relação à mandioca, apesar de não comprovado, afirmava von Martius crer em sua origem na América. Quanto ao milho, von Martius cita opiniões divergentes sobre sua procedência. Já no que diz

relação com a batata, aponta o naturalista sua procedência americana, sustentando sua hipótese de uma origem remota para os ameríndios. Neste sentido, von Martius argumentava que, encontrando-se o cultivo da batata espalhado já no século XVI e levando em consideração a dificuldade na comunicação entre as populações indígenas, só podia tal fato decorrer de “um período muito longo” (MARTIUS, 1904, p. 547).

Além da dificuldade em explicar a origem das plantas utilizadas pelos índios, von Martius coloca que era muito significativo encontrar, justamente em tais plantas, grande variedade de espécies, o que pressupunha um cultivo “antiquíssimo” e “pré-histórico” destes produtos (ibidem); e, novamente, o naturalista compara a história americana à europeia. Von Martius aponta que era uma “infelicidade” a falta de uma história dos cereais europeus e sua relação com o desenvolvimento histórico dos povos da Europa. “Mas o que podemos admitir [afirma von Martius] [...] é que uma imensa serie de annos deve ter sido necessaria para produzir a actual e enorme colecção de espécies, raças e variedades” e o mesmo deveria ter ocorrido na América (ibidem).

Outro dado que von Martius destaca, que também possui relação com apontamentos que já fizera em sua narrativa de viagem, é o fato de que o homem influenciava o mundo natural, transformando-o. No tocante aos vegetais, tal influência culminava com o fato de algumas plantas “perderem a facultade de produzir sementes ou, pelo menos, irregularmente e em quantidade diminuta”, ficando – para sua propagação – totalmente dependentes do homem (ibidem). Neste sentido, von Martius cita como exemplo uma palmeira, que era muito propagada pelos índios mediante mudas. Pondera: “Quantos seculos não foram necesarios para fazer esta palmeira perder a propriedade de fructificar como as outras!” (idem, p. 548).

Diante da dificuldade em resolver o problema da origem das plantas “uteis” americanas, que nunca haviam sido encontradas em estado silvestre, demonstra de modo efetivo a insolubilidade da questão. Von Martius conclui que a humanidade americana há muito possuía tais plantas, sendo que sua investigação pelo cientista denotava a existência de um período “prehistorico muito mais longo”, anterior à “época histórica” dos ameríndios (ibidem).

Sem problematizar de que modo von Martius compreendia o conceito de “época histórica” – o que abordaremos adiante –, percebemos seu interesse e ação em tecer uma historicidade para os índios, a partir da investigação da relação entre estes povos e a natureza. Na ausência de “monumentos antigos e novos” (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 1, p. 10) e para

além da observação das relações sociais entre os índios, o naturalista atentou para a relação destes povos com a natureza, constatando que sua utilização excedia um sentido pragmático, apenas como meio de subsistência, regendo também toda a vida do índio. Von Martius pôde averiguar, por exemplo, significados atribuídos por estes povos a alguns animais, a partir dos quais assumiam determinadas posturas e – ou – realizavam rituais. Embora os considerasse resquícios de um antigo culto “superior”, o viajante, de fato, validou, por seu registro, a dignidade humana dos ameríndios.

CAPÍTULO 2. VON MARTIUS E SUA SENSIBILIDADE

“O homem tem a tendência de poetizar as empresas que põem à prova a sua coragem” (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 3, p. 306-7).

“Que sensação, seguir atento tal ritmo sagrado do elemento que – quer na luz, quer de noite – se derrama perene e incessantemente, sem descanso e incansável, sempre diverso e sempre o mesmo, tal como a corrente do tempo, do tempo eterno! [...] Assim são também as aspirações humanas, inseguras e cheias de luzes cintilantes, movendo-se ora sobre o abismo do momento sempre movimentado, ora no torrão pátrio [...]. Que pesadume, que pressentimento da transitoriedade, dos esforços vãos, dos anseios desnorteados do ser humano!” (MARTIUS, 1992, p. 122).

O impulso emotivo que von Martius aqui expõe é objeto de nosso interesse neste capítulo. Na análise de sua narrativa de viagem, este é um relevante aspecto a ser considerado. A manifestação de seus sentimentos é uma característica peculiar em seu modo de narrar a viagem, sendo um elemento que permeia todos os seus registros. Contudo, mostra-se de modo mais evidente no terceiro volume de **Viagem pelo Brasil**, quando o naturalista atravessou o Amazonas.

Com efeito, sem a atenção ao caráter sensível da narrativa do viajante, perdemos muito na compreensão do seu pensamento. Von Martius não foi um cientista pragmático, cujo interesse restringia-se apenas à descoberta e coleta de novos espécimes para compor suas coleções, mas foi um viajante aberto à alteridade, tanto no sentido de se deixar influenciar por ela, quanto dirigir-lhe incisivamente seu olhar. Não se trata, neste sentido, de que von Martius não possuísse objetivos suficientemente definidos para sua expedição. Conforme demonstramos no capítulo inicial, estes são claramente manifestos já no início da narrativa de viagem. Todavia, o contato com a alteridade ensejou manifestações as mais eloquentes dos seus sentimentos.

Um bom exemplo são as considerações do viajante decorrentes do encontro “de surpresa” com um grupo de “botocudos antropófagos”, quando viajava de Tejuco para Minas Novas, em Minas Gerais, em inícios de junho de 1818 (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 2, p. 144).

É significativo apontarmos que na madrugada do dia anterior ao encontro, as circunstâncias de uma noite mal dormida ensejaram nos viajantes a recordação das “célebres aventuras de dom Quixote”; com o amanhecer, puderam ter a vista de “bonitos e altos campos”, além da serra de Santo-Antonio, “como uma ilha azul” (ibidem). Verificamos, assim, que em boa parte do percurso e em muitas de suas vicissitudes, os viajantes tiveram ocasião de empreenderem, ao lado de sua viagem espaço-territorial, viagens espirituais, percorrendo intuitivamente outras paragens. Além de Cervantes, a lembrança dos escritos de Dante Alighieri e Daniel Defoe, de modo evidente, e a de Goethe, veladamente, também perfazem registros da **Viagem pelo Brasil**, constituindo um traço que também confere à narrativa de von Martius um caráter poético. Outrossim, mesmo sob dificuldades, a natureza amenizava o cansaço, animando a continuidade da viagem.

“No dia seguinte [prosegue von Martius, narrando o encontro] [...] fomos subitamente tomados de surpresa por um bando de índios homens e mulheres, que vinham em completo silêncio pela estrada”. O naturalista faz inicialmente uma descrição das características físicas desses índios, apresentando em detalhes sua “côr”, estatura e feições, de “aspecto feroz com os batoques de algumas polegadas de diâmetro” que usavam (ibidem). Von Martius relembra as impressões de “dó e tristeza” que sentira à vista da “fisionomia desconsolada” dos Coroados, Purí e Coropó, grupos com os quais estabelecera contato cerca de dois meses antes. “Agora [continua] era de pavor a nossa impressão, à vista destes homens, que, no seu semelhante [‘semblante’, na edição corrigida de 1968] assustador, quási não têm traço de humanidade” (idem, p. 144-45) As considerações de von Martius na sequência aprofundam a manifestação vívida do seu sentir. O viajante registra que os rostos dos índios estampavam “indolência, estupidez e selvajaria animal”; “voracidade, preguiça e grosseria” encontravam-se patenteados em seus “lábios estufados”, sua “pança, assim como em todo o torso atarracado e no andar incerto” (ibidem). “O mais horrendo aspecto, porém [continua von Martius], foi o de uma das mulheres”, que “tinha os braços, pernas e peitos cobertos de pústulas sanguíneas e inchados”, a qual “andava vacilante atrás da horda”. O escritor registra ainda que a continuidade da viagem foi carregada de sentimentos de “compaixão” e “horror”, além de “tristes cogitações sobre êsses bárbaros” (ibidem).

Trechos como este, dentre outros, são vívidas manifestações dos sentimentos de von Martius. Podemos colocar que, efetivamente, constituem o alicerce do seu pensamento, conferindo-lhe solidez, já que toda a reflexão do cientista, presente em seus escritos e trabalhos posteriores, embasa-se nas experiências que vivenciou ao longo de sua viagem. Neste sentido, atentar para a sensibilidade de von Martius, com o objetivo de “capturar” suas “razões e sentimentos”, constitui-se tarefa fundamental na busca pela compreensão do seu pensamento (PESAVENTO, 2007, p. 10). Já, ignorar este aspecto, presente na quase totalidade de suas produções, cria lacunas que dificultam o entendimento acurado do que von Martius pensava a respeito do Brasil, em praticamente todas as suas nuances.

Em seu texto *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento (Porto Alegre, 2007) discute a relevância de se atentar para as sensibilidades, o que, segundo a autora, deveria ser um dos escopos do historiador da cultura. Para isto, qualifica dois momentos. As sensibilidades caracterizam-se por se situarem num “espaço anterior à reflexão”, sendo uma “reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade” (ibidem). Mas também relacionam-se, simultaneamente, a um segundo momento, qualificado como o da “percepção”, no qual as sensibilidades correspondem “às manifestações do pensamento ou do espírito, pela qual aquela relação originária é organizada, interpretada e traduzida em termos mais estáveis e contínuos” (ibidem).

No que tange à análise dos escritos de von Martius, sua obra nos facilita uma aproximação aos dois níveis da percepção sensível aludida por Pesavento. Efetivamente, no terceiro volume de **Viagem pelo Brasil**, grande parte das considerações do viajante se constitui registro da reação quase imediata àquilo que viu e com o qual estabeleceu contato. Seja o espaço natural no qual se vê inserido, sejam os homens – avaliados pelo olhar perscrutador do cientista como fazendo, ou não, parte deste espaço –, assim como suas sensações decorrentes, por menores que sejam, ocupam sua narração. Von Martius trava embates e debate-se, disto resultando clarões que nos permitem divisar com mais nitidez as imagens que se apresentam aos seus olhos. Apesar disto, a pretensão de verdade que a narrativa possui não permite que tais sentimentos cheguem a confundir ou alterar sua meta. O viajante, em todo o seu percurso espaço-territorial e intelectual, sustentou um frágil equilíbrio.

Mas as imagens ou quadros que von Martius apresenta-nos em sua narração de viagem ganham contornos mais vívidos quando incorporamos à nossa análise suas obras posteriores. Neste sentido, seu romance **Frey Apollonio** é a fonte privilegiada a partir da qual podemos

vislumbrar com mais detalhes a percepção sensível e os sentimentos do viajante. Trata-se do rememorar de suas sensações, reproduzindo a experiência do visto e experimentado.

Apesar do aspecto não finalizado do romance, do qual uma das versões – a que se avalia ser a primeira – foi traduzida e publicada por Erwin Theodor Rosenthal, temos à mão uma ferramenta que nos permite efetuar uma análise mais cuidadosa do pensamento e do sentir de von Martius.

De fato, o reconhecimento das diferentes versões da obra demandaria, por si só, uma cuidadosa investigação e revisão, no intuito de se apresentar um utensílio eficaz que contribuísse para a análise do pensamento do naturalista. Isto poderia, inclusive, ensejar a possibilidade de rever estudos e análises já realizados sobre a vida e obra do viajante, alargando o campo dos estudos históricos. No que tange a **Frey Apollonio**, alguns estudiosos, como Helmut Peter Schwake (Frankfurt, 1993), têm contribuído neste sentido.

Com independência, pois, de considerações eruditas e muito relevantes sobre a história da escrita e edição deste romance, a tradução e publicação de Rosenthal torna-nos acessível este importante registro de von Martius, e aqui nos permite expandir ainda nossos horizontes a respeito do naturalista.

No que diz relação ao segundo momento que Pesavento discute em seu texto, qualificado como o estágio da percepção já em um nível de consciência, **Frey Apollonio** constitui-se como o resultado do que a historiadora considera como “Uma atividade mental de elaboração que envolve uma atividade reflexiva, mas esta [...] não surge necessariamente de lógicas e princípios racionais” (PESAVENTO, 2007, p. 13-14).

O romance traz “ordem e coerência” às sensações. Não obstante, não são ainda levadas à análise rigorosa da razão. Assim, a autora caracteriza a relação estabelecida entre uma reação imediata dos sentidos e o processo de elaboração, a “percepção”, como perfazendo uma “condição de ambivalência” (idem, p. 12-13). Esta questão coloca à história o problema da subjetividade. Não obstante, mesmo partindo do indivíduo, a sensibilidade é sempre “social e histórica” (idem, p. 14).

Referindo este princípio ao nosso viajante, é evidente que seu sentir, nas reações de amores e rejeições, respondem a um modo de agir e sentir comuns à sociedade europeia da época.

Entendemos também que von Martius partilhou de vivências e circunstâncias não só com von Spix, seu companheiro na quase totalidade da viagem pelo Brasil, mas ainda conviveu muitas horas com os índios, guias e acompanhantes da expedição, especialmente no Amazonas, além de outras personagens que adiante destacaremos. Portanto, seus registros resultam de experiências, em grande medida, compartilhadas. Além disto, tal convivência com outros personagens e populações sob um espaço diverso – e muitas vezes adverso – se processou do modo mais profundo e significativo, no sentido de que von Martius procurou compreender e interpretar, para seus leitores, tudo que viveu ao longo de sua expedição. Pesavento coloca, neste sentido, que “os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos através da sua inserção no mundo social, na sua relação com o outro” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Outro dado que reforça o valor social da sensibilidade é o fato de que von Martius possuía um público alvo – e ávido – por sua narrativa de viagem. No capítulo inicial já tratamos de que modo o viajante integra seus leitores às suas vicissitudes. Também o fato de a narrativa ter sido dividida em três volumes sugere – para além de uma questão de organização, devido à sua grande extensão – a sequencialidade e um processo de aguardar, por parte dos leitores, pela publicação dos volumes seguintes, como acompanhantes que refazem, à distância, o percurso de von Martius.

O enredo do romance de von Martius, **Frey Apollonio**, se desenvolve em torno da personagem que dá nome à obra, frei Apolônio, mas é a partir da sua relação com Hartoman – um personagem cujas características nos remetem a von Martius, além de importantes pistas verificáveis no conjunto das diferentes versões do romance –, que o conhecemos de maneira mais precisa. De fato, ao assumir a posição de narrador-onisciente, von Martius apresenta-nos Hartoman já nas primeiras linhas.

A história se passa no Amazonas. Hartoman é um jovem explorador, cujo “anseio por conhecimentos” o trouxe à América. Chegando ao Amazonas, sentiu-se “preso” tanto por sua natureza quanto por sua população. Decidido a “resolver os múltiplos enigmas” que aguardam à humanidade, “longe de cultura e costumes europeus, no país das florestas eternamente verdes”, decide encontrar-se com os “selvagens no interior” (MARTIUS, 1992, p. 3-4).

O segundo capítulo nos apresenta outra personagem, que permanece – ao lado de Hartoman e frei Apolônio – ao longo de toda a história. Trata-se de Riccardo, um florentino que Hartoman conheceu ainda no Pará, enquanto se preparava para partir rumo ao interior. Com vistas a “levar avante um empreendimento comercial” e “romper a uniformidade de sua existência”, o italiano se dispõe a acompanhar Hartoman em sua aventura pelo Amazonas, tornando-se seu “companheiro de viagem” (idem, p. 5). As características de Riccardo no romance constituem-se pistas que nos permitem relacioná-lo ao capitão de milícias Zaní, que acompanhou von Martius na subida ao rio Japurá, quando se separou de von Spix. O narrador discorre ainda sobre a presença de “jovens e fortes índios, que manejavam os seus remos com espantoso vigor” (ibidem). Dentre estes, Gregório, um índio que também aparece na narrativa de viagem, que acompanhou von Martius em boa parte de sua expedição pelo Amazonas.

Iniciada a viagem, Hartoman e Riccardo, ambos jovens, principiam uma amizade a partir do apreço que ambos possuem pela natureza. Conforme avançam na navegação rumo ao interior do continente, dividindo outras circunstâncias, a amizade entre ambos aprofunda-se. Apesar de possuírem diferenças em suas observações sobre várias questões, especialmente sobre os índios, isto não chega a separá-los, ao contrário, e Hartoman, envolvido pela natureza circundante, confia a Riccardo seus sentimentos em relação a esta população, à sua relação com a natureza, à Europa etc., assim como Riccardo confia sua história e sentimentos ao jovem explorador.

Na continuidade da viagem, chegando a Santarém, os viajantes conhecem frei Apolônio, personagem cuja apresentação no romance é cercada de mistérios. Apesar disto, exerce desde o início um fascínio tanto sobre Hartoman quanto sobre Riccardo, como uma figura de “excepcional nobreza de alma” (idem, p. 31). Notamos estreita correspondência entre Apolônio e “um eclesiástico”, que, dentre algumas “pessoas distintas da vila” de Santarém, forneceu a von Spix e von Martius “amável acolhimento” quando, de fato, os naturalistas passaram pelo lugar, em setembro de 1819 (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 3, p. 143).

Apolônio, Hartoman e Riccardo são os três principais personagens de **Frey Apollonio**, em torno dos quais o enredo se desenrola; todavia, há outras figuras secundárias que, nas relações que os três seguem estabelecendo, começam a aparecer no percurso do romance. Adiante, vamos apresentá-las.

Após a apresentação de frei Apolônio, uma outra personagem começa também a fazer parte do enredo. Trata-se de Esperada, uma índia caracterizada como possuidora de grande virtude e beleza, que auxiliava o sacerdote na aldeia que catequizava, denominada “Guri”.

Posteriormente nos é apresentada pelo narrador uma figura também cercada de mistérios, a qual passa também a fazer parte do enredo. É “um desconhecido”, que, em visões, aparecia às vezes ao sacerdote e, posteriormente, também a Hartoman. Sua dificultosa identificação ensejava até mesmo cogitações sobre a possibilidade de tratar-se de um fantasma, e frei Apolônio encontrava-se aflito a cada nova aparição.

Todavia, algum tempo após uma profunda confissão que Apolônio fez de seu nebuloso passado, contando muitos fatos ocorridos durante sua juventude, uma fase na qual ainda não havia decidido tornar-se um eclesiástico, fato que contribuiu para que sua amizade com o jovem Hartoman se estreitasse ainda mais, o narrador revela a identidade do enigmático personagem. Tratava-se de um filho que Apolônio tivera com Solima, uma jovem com a qual o então monge tivera uma aventura romântica na juventude, num relacionamento que não pôde ser mantido.

Ibrahim, por fim, é uma personagem excêntrica que, depois de descobrir o paradeiro de seu pai na América, decidiu procurá-lo; ao encontrar Apolônio perdoou-lhe e nutria-lhe admiração. Mas não quis revelar-se como seu filho, julgando causar sofrimento ao então frei Apolônio, pela memória que lhe traria de seu conturbado passado, e mantinha-se à distância, como uma espécie de tutor secreto, sempre fazendo inesperadas e misteriosas aparições ao frei, o que o angustiava.

Frei Apolônio, entretanto, conhece finalmente a identidade de Ibrahim como seu filho de modo fatídico, já que a revelação se deu quando o corpo do jovem, morto após o ataque de um índio chamado Pacachutec, era preparado para ser sepultado, e Apolônio, ao identificar a figura de Solima na medalha que Ibrahim trazia ao pescoço, reconheceu-o.

Pacachutec é apresentado como uma figura de caráter “excepcional, extremamente rara entre a raça vermelha” (MARTIUS, 1992, p. 31). Assim que Hartoman o encontrou, de modo

casual, quis muito conhecê-lo. Sendo apresentado como ‘filho do Inca’, a partir do contato com Pacachutec o explorador pôde entrar em contato também com Tsomei, uma figura lendária e possuidora de autoridade entre os índios, habitante recluso da montanha de Cupati.

Após a morte de Ibrahim, um misto de redenção e culpa que atravessara a vida de Apolônio – pelas memórias de seu conturbado passado ao lado de seu trabalho missionário junto aos índios do interior do Amazonas – foi acentuado. O frei se viu afligido pelo conhecimento de um filho com o qual jamais convivera, e por ter perdido irremediavelmente a oportunidade de travar relações.

Tal sentimento encontra-se numa derradeira missiva enviada a Hartoman, quando este já se encontrava na Europa, no capítulo final do romance.

No que tange à sensibilidade de von Martius em relação aos índios em **Frey Apollonio**, para além de muitos contatos que o jovem Hartoman teve com os habitantes do Amazonas, a partir dos quais teceu muitas considerações – que configuram uma significativa vinculação ao texto de **Viagem pelo Brasil** – devemos atentar especialmente para as personagens Pacachutec e Tsomei.

Assumindo a estreita relação existente entre a personagem de Hartoman e von Martius – ambos jovens, exploradores, europeus viajantes que percorrem o Amazonas, dirigindo um olhar especial sobre as populações autóctones – são muito expressivas algumas considerações da personagem Hartoman no romance, especialmente a partir de seu contato com Pacachutec, o que adiante trataremos. Além disto, ao assumir o papel de narrador-onisciente, algumas colocações que von Martius faz tanto em relação aos índios, especificamente, quanto em relação ao olhar de Hartoman sobre estes mesmos índios, são muito reveladoras.

A importância de incluir a análise sobre **Frey Apollonio** na pesquisa se deve ao fato de que se constitui numa obra na qual von Martius apresentou a livre efusão de seus sentimentos, apenas esboçados em sua narrativa da expedição pelo Amazonas. Além disso, já discorreremos sobre a importância de se atentar para sua sensibilidade, como um aspecto de notável relevância na busca pela compreensão do seu pensamento, particularmente em relação com os índios. Outrossim, sua importância se deve ao fato de que se trata de uma obra que possui estreita correspondência com elementos da biografia de seu autor. Especialmente nesta correspondência situamos e avaliamos sua importância historiograficamente.

O olhar de von Martius a respeito dos indígenas que viu, observou e com os quais estabeleceu relações, que aparece nos três volumes de **Viagem pelo Brasil**, permanece no romance. Além disso, suas considerações sobre a natureza tropical são copiosas e, pela licença poética que o romance possui, ocupam longas e profundas observações.

Estas são questões que nos permitem considerar que a viagem que von Martius fez ao Brasil entre 1817 e 1820 finalizou-se apenas espacial e temporalmente. Intelectualmente, todavia, o cientista permaneceu num contínuo estado de reflexão. Neste sentido, para uma eficaz compreensão do seu pensamento, a análise de **Frey Apollonio** reveste-se de fundamental importância. Além disto, tratando-se de uma obra de caráter literário, constitui-se como uma fonte privilegiada para a historiografia.

Sobre esta questão – e outras – que surgem do debate acerca da relação entre História e Literatura, tratam os historiadores Sandra Jatahy Pesavento, Manoel Luis Salgado Guimarães e Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Prefaciando Albuquerque Júnior em sua obra **História: a arte de inventar o passado** (Bauru, 2007), Manoel Luis Salgado Guimarães pondera sobre o ofício do historiador, o qual

[...] depende da palavra e de suas artes. Estamos marcados pelo território da palavra, e diria mais, da palavra escrita, que torna viável uma relação com o passado, tornando-o significativo para homens que não o viveram mas que tecem suas vidas alimentando-se dessa palavra, imaginando-se como humanos que partilham no presente e puderam partilhar com homens do passado o mistério da vida [...] Mas, sobretudo, partilhar a pergunta sobre o que efetivamente nos faz humanos (GUIMARÃES, 2007, p. 16).

O historiador prossegue comentando sobre uma das questões que podem ser consideradas como o ponto de partida para a reflexão de Albuquerque Junior como historiador,

qual seja, a relação entre História e Literatura. Neste sentido, Guimarães aponta que Albuquerque Junior, em sua obra, problematiza esta questão ao conceber a aproximação e utilização da Literatura “não como fonte histórica no sentido de manancial de informações a serem extraídas pelo pesquisador metuculoso, mas como lugar de boas perguntas acerca de um problema, como lugar de fecundação do pensamento” (GUIMARÃES, 2007, p. 17). O autor conclui afirmando que este “é um dos melhores exemplos de como pode o historiador pensar com a Literatura e não contra ela” (ibidem). Sobre esta relação também trata a historiadora Sandra Jatahy Pesavento em sua obra **História & História Cultural**. Afirmar a autora que:

São ambas [História e Literatura] [...] **refigurações de um tempo**, configurando o que se passou, no caso da História, ou o que se teria passado, para a voz narrativa, no caso da Literatura. [...] Valem-se de estratégias retóricas, estetizando em narrativa os fatos dos quais se propõem falar. São ambas formas de representar inquietudes e questões que **mobilizam** os homens em cada época de sua história [...] Isso tudo diz respeito às aproximações que unem a História e a Literatura (PESAVENTO, 2005, p. 81, grifo nosso).

Tratando ainda da relação entre ambas as áreas, sendo a Literatura problematizada pela História, Pesavento explica de que modo se dá o processo ao afirmar que “É a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto que a Literatura opera como fonte” (idem, p. 82).

Nesta perspectiva, a autora ressalva que “não se trata [...] de estabelecer uma hierarquia entre História e Literatura, mas sim de precisar o lugar de onde se faz a pergunta”. Pesavento discute ainda que, no âmbito da História Cultural, a sua utilização da Literatura não deve visar “a determinação de um fato ou de um personagem do real passado. [...] Em se tratando da História Cultural, não serão essas as perguntas ou as preocupações” (ibidem).

Se a História Cultural está em busca do resgate das representações passadas, se almeja atingir aquele **reduto de sensibilidade** e de **investimento primário** na **significação do mundo**, a Literatura é uma fonte realmente especial: ela pode dar ao historiador aquele algo a mais que outras fontes não fornecerão (ibidem, grifo nosso).

Este alcance interpretativo do passado, possibilitado pela Literatura, permite ainda, de acordo com a historiadora, conhecer o “modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo e a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos” (ibidem). Todavia, a autora pondera que:

A Literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita. Ela é tomada a partir do autor e sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época (PESAVENTO, 2005, p. 83).

Entretanto, no caso de **Frey Apollonio**, mesmo se tratando de uma obra de caráter ficcional, podemos verificar com clareza que se trata mais de uma reelaboração de von Martius de sua viagem pelo Brasil. O aspecto literário se verifica apenas pelas escolhas que o viajante fez de personagens e lugares para compor seu enredo. De fato, conforme apontamos, algumas personagens são homônimas de outras que aparecem na narrativa de viagem, e podemos conjecturar que von Martius, pelo caráter inacabado do romance, pretendesse fazer, posteriormente, alterações neste sentido.

Não obstante, a sensibilidade característica de seu estilo narrativo, tal qual o encontramos, embora com limitações, no texto de **Viagem pelo Brasil**, ganha solo fértil no romance. Verificamos ainda sonhos e seu horizonte de expectativas quanto ao Brasil. Nesta perspectiva, aponta Sandra Pesavento que “No caso de um texto literário que fale do seu tempo [...], o historiador sobre ele se debruça a resgatar **as sensibilidades, as razões e os sentimentos** de uma época, traduzidos esteticamente em narrativa pelo autor” (ibidem, grifo nosso). Para o que nos diz relação, afirma ainda a autora que “o historiador não busca [no romance histórico] a verdade de um outro tempo, vendo no discurso de ficção a possibilidade de acessar o passado, mas a concepção de passado formulada no tempo da escritura” (ibidem). Nesta perspectiva, a autora conclui pontuando que:

A utilização do texto literário pela História permite levar mais longe o deslocamento da veracidade à verossimilhança, pondo em discussão os efeitos de real e de verdade que uma narrativa histórica pode produzir, tomando o lugar do que teria acontecido um dia. Ao trabalhar com a Literatura como fonte, o historiador se depara, forçosamente, com a **necessidade de pensar o estatuto do texto e realizar cruzamentos entre os dois discursos, em suas aproximações e distanciamentos** (idem, p. 84, grifo nosso).

Nesta perspectiva, tendo como norte o conceito de sensibilidade a partir da discussão proposta pela historiadora, vamos analisar as considerações de von Martius a respeito dos indígenas e da natureza, presentes tanto no terceiro volume de **Viagem pelo Brasil: 1817-1820** quanto em **Frey Apollonio**. Tendo claro que o olhar do naturalista no romance deriva de uma abstração, cuja fonte resulta de suas experiências vivenciadas durante a expedição pelo Brasil, vamos atentar também para o modo como se manifesta este olhar, analisando suas multifaces.

2.1. A presença do elemento sensível na narrativa e em Frey Apollonio

Apesar de o registro das impressões decorrentes da natureza tropical aparecerem nas linhas iniciais do primeiro volume da narrativa de viagem, as quais apresentam a chegada ao Rio de Janeiro, foi a passagem pelo Amazonas, cerne do terceiro volume, que acentuou estes sentimentos. Publicado em 1831, ele apresenta a experiência que marcou indelevelmente a biografia de von Martius. Não apenas pela possibilidade de estabelecer um contato mais próximo com sociedades indígenas, mas ainda por sua fascinante beleza e pujante riqueza natural, a chegada e percurso pelo Amazonas destaca-se no conjunto da narração do viajante de sua expedição pelo Brasil.

Já no penúltimo capítulo do segundo volume, publicado em 1828, cujo conteúdo apresenta a estada dos cientistas em São Luís do Maranhão, após incertezas e dificuldades na aquisição de uma licença, da parte do governo, para percorrer a então província do Grão-Pará, porta de entrada para o Amazonas, von Spix e von Martius foram comunicados de sua autorização. Outrossim, os viajantes receberam cartas de recomendação para dar continuidade à expedição. As considerações que seguem ao recebimento da notícia demonstram a expectativa quanto à viagem pelo Amazonas:

Estava então patenteada para nós **a mais rica e mais maravilhosa natureza**, que se estende sob a bênção do sol equatorial; e como, durante a viagem, **tínhamos ansiado, com tôda a alma**, por chegar alí, a licença recebida pareceu restituir-nos todo o vigor do corpo, afim de percorrermos aquela terra de promessa (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 2, p. 488, grifo nosso).

Quando, já no Pará, ao discorrer sobre sua estada em Belém, von Martius atribui uma expressão “nova” e “sagrada” à natureza que o cercava. A citação seguinte³ – que apresenta suas impressões a partir da observação das cercanias da casa onde estava hospedado –, demonstra de modo claro a influência que esta natureza exerceu sobre o viajante:

Tudo em volta de nós se destacava distintamente como uma ressonância, como um ato do grandioso drama do mundo, no qual, todos animados pelo Criador como o imortal gôzo de ser, cada um segundo o seu modo, porfiam anelantes pelo elogio e pelo louvor de Deus; e mais significativo, mais patente do que

³ Que retiramos da 2ª edição, por estar melhor traduzida.

em qualquer outro lugar, pareceram-nos ressoar, em harmoniosa concordância no hino à vida, tanto as plantas como os animais, tanto os elementos como o éter e como o sol, dominador dos planêtas. Em parte alguma ainda nos haviam essas meditações despertado sensações tão profundas, tão veementes, como aqui, onde a vizinhança do equador confere a tudo como que uma expressão nova, sagrada; e nós, chegados a êste ponto de pleno gôzo nos consideramos convidados a expandir as idéias que prévias experiências e pontos de vista haviam sazornado em nosso espírito (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 3, p. 14).

O caráter de “sagrado” atribuído à natureza denota a manifestação da sensibilidade de von Martius já nas primeiras linhas de sua narrativa. Mesmo com restrições, devido à pretensão de verdade que possui, os sentimentos do viajante são largamente manifestos. Um exemplo claro deste fato é a inserção que von Martius faz, no corpo da narrativa, de “uma folha do seu diário”⁴, a qual nos permite a visualização de um vívido painel que se desenrola diante de seus olhos; já na segunda página do capítulo inicial, que apresenta sua estada em Belém (idem, p. 7-8), o viajante afirma:

Como **esta narração de viagem também é espelho de nossa vida íntima**, ao leitor amigo não devemos somente dar conhecimento dos objetos de nossas observações; seja também permitido ao autor acrescentar uma folha do seu diário, que, **sob forma realmente diversa da usual, exprime o seu estado de alma e o encanto** que nele deixou aquele inolvidável **momento** (ibidem, grifo nosso).

Von Martius manifesta um anseio em compartilhar o que sente, convidando o leitor a aproximar-se do espaço e temporalidade que viveu e, então, revive mediante seu narrar. A pretensão de verdade atribuída e pretendida à sua narração e os objetivos assumidos para suas observações isentam-no do registro dos seus sentimentos. Todavia, o viajante almeja apresentar, meticulosamente, tudo que vivenciou. Isto demonstra a força com a qual a natureza agiu sobre von Martius, passível de compreensão apenas se atentarmos para o elemento sensível de sua narrativa. Nesta perspectiva, ao discorrer sobre a passagem de um dia, o naturalista registra suas impressões decorrentes do movimento da natureza. O trecho seguinte, destaque da “folha” do diário de von Martius, ilustra este caráter sensível:

Como sou feliz aqui! Quão profunda e intimamente ocorre à minha compreensão tanta coisa que antes me era inacessível! **A majestade deste lugar [...] amadurece sensações e pensamentos.** [...] Aprofundo-me diariamente na grandiosa e inexprimível pulsação de vida da natureza, e, se não consigo compenetrar-me da sua divina essência, entretanto pressinto, em arrebatamento **nunca antes experimentado**, a idéia de seu esplendor. São tres horas da madrugada; deixo a minha rede, pois na agitação em que ando me

⁴ Estranhamente, o tomo terceiro da segunda edição de **Viagem pelo Brasil**, da Melhoramentos, omite este importante registro de von Martius, presente no original em alemão.

foge o sono; [...] É tudo silêncio, é tudo mistério em volta de mim! (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 3, p. 8, grifo nosso).

Von Martius prossegue, em suas divagações, narrando as cenas da natureza. As árvores e arbustos são chamadas de “queridas amigas” (ibidem), as flores saúdam o “viandante” com seu aroma (idem, p. 9), a mangueira é apresentada com sua fronde protetora; as falenas, esvoaçantes como “fantasmas”. O naturalista também registra suas impressões sensoriais ao descrever a aragem fria da noite traspassando-lhe os membros, quando, então, um grilo lhe chama para dentro de casa (ibidem). Assim, as horas passam, apressando o amanhecer, quando

Os ramos, as folhas indireitam-se, despertos, e banham-se na frescura matutina; voam escaravelhos, zumbem insetos, pipilam pássaros, macacos fogem para a espessura, gritando, vacilantes falenas procuram, ofuscadas, os seus retiros na mata; e a raça astuta dos preás esgueira-se amedrontada, deixando as aves, pois o galo, com alarde, anuncia o sol. Vai clareando cada vez mais o céu; amanhece o dia; indescritível solenidade paira sobre a natureza: a terra espera o seu noivo; ei-lo! [...] e eis que, por toda a parte em torno do **contemplador embevecido**, aparece a terra toda orvalhada de brilhantes, festiva, irradiando frescura juvenil: a mais linda noiva. [...] É tudo vida: animais e plantas, estas em gozo, aqueles em luta (ibidem, grifo nosso).

O artigo *Natureza ou Deus: afinidades panteístas em Goethe e o “brasileiro” Martius*, de Marcus Mazzari (São Paulo, 2010), ajuda-nos a entender estas considerações de von Martius, que nos remetem à filosofia panteísta, nomeadamente ao sistema desenvolvido pelo filósofo Benedito Espinosa, que, por sua vez, sedimentou a relação de von Martius com o poeta Goethe, em cuja obra a influência do filósofo também se verifica.

Ao discorrer sobre as relações entre von Martius e o poeta e suas influências mútuas, Mazzari afirma que antes que se encontrasse com o naturalista – em setembro de 1824, após o retorno de von Martius à Europa –, Goethe já demonstrava afinidade pelo Brasil. Tal afinidade evidencia-se por alguns registros em seu diário. Também pelos 17 títulos, concernentes ao país, que faziam parte de sua biblioteca particular, além de empréstimos de outras obras relacionadas ao Brasil, conhecidos pela consulta aos registros na biblioteca de Weimar. O autor destaca que esta afinidade aumentou ainda mais devido à amizade que o poeta aprofundou com von Martius em seus últimos anos de vida, “uma das mais fecundas de sua velhice” (MAZZARI, 2010, p. 183). A afinidade de Goethe com o Brasil é percebida, ainda, pela consulta que o poeta fez de algumas obras de von Martius, referentes à natureza tropical do Brasil (idem, p. 183-4).

Efetivamente, Mazzari demonstra, mediante a apresentação de uma análise meticulosa de algumas cartas trocadas entre von Martius e Goethe, além de algumas obras do poeta – que

também possuíam alguma vinculação ao pensamento do filósofo Michel Montaigne, sobretudo com sua obra **Dos Canibais** – a influência do panteísmo. Nesta perspectiva, o autor destaca

[...] a importância da filosofia de Espinosa como **fundamento central das afinidades que se estabeleceram entre Goethe e Martius** e evoluíram [...] para uma relação de influência mútua. Uma das direções em que essa se deu é explícita, e as extraordinárias qualidades literárias do jovem botânico tornam-se mais compreensíveis quando se sabe que o *Fausto* e a elegia *A metamorfose das plantas* sempre estiveram em sua bagagem durante as extensas viagens pelo Brasil. Já se mencionou antes o apego de Martius, durante os seus anos brasileiros, pela tragédia publicada em 1808; quanto à elegia, vale lembrar que em outubro de 1823, ao enviar a Goethe a primeira parte de seu tratado *Palmae Brasilienses*, o botânico escreve: "Com frequência pronunciávamos, o meu amigo e companheiro de viagem Spix e eu, o nome de Vossa Excelência com entusiasmo amor, sempre que nos deleitávamos na contemplação da natureza e, como um astro reluzente, a 'Metamorfose das Plantas' iluminava nossas investigações" (MAZZARI, 2010, p. 191, grifo nosso, grifos em itálico do autor).

Portanto, é fundamental marcar quais foram as influências que nortearam von Martius em suas observações sobre a natureza no Amazonas, presente em sua narração da expedição pelo Brasil, as quais ecoam e aprofundam-se em **Frey Apollonio**, em cujo enredo a natureza é retratada como possuidora de um caráter acolhedor e protetor, fonte de vida e deleite para seu observador, sendo poeticamente retratada. Neste sentido, talvez a manifestação mais contundente da estima que von Martius tinha por Goethe se deu pela homenagem que prestou, juntamente com Nees von Esenbeck – também botânico – ao denominar uma malvácea endêmica do Brasil como *Goethea*.

Em **Frey Apollonio**, os elementos que nos permitem considerar esta grande influência da natureza tropical sobre o pensamento de von Martius, quando de sua expedição, além de outros aspectos, são evidentes já nas primeiras linhas do primeiro capítulo, cujo significativo título é *Um sonho*. Nelas, Hartoman apresenta sua viagem:

Nos belos anos, nos quais a **juventude**, amor e esperança produzem em nosso redor verdadeiro jardim de magias, cheguei à América e, na plenitude do meu **anseio de conhecimentos**, vaguei pelo continente esplendoroso. Finalmente **prende-me** aquele país, através do qual [...] o poderoso Amazonas, leva sinuosamente as suas vagas amareladas ao oceano. Silente e misterioso estendia-se diante de mim aquele **deserto verde**, aquele mar de folhas de **velhíssimas florestas**; acima de mim elevava-se o firmamento no equilíbrio de suas luzes eternas. [...] Nas noites silenciosas, [...] começava a acostumar-me à **inescrutabilidade da natureza**, [...] parecia avizinhar-me mais da solução dos enigmas do nosso mundo, perceber melhor o que agita nosso íntimo (MARTIUS, 1992, p. 3, grifo nosso).

Percebemos neste trecho três elementos da biografia de von Martius: primeiramente, sua juventude quando de sua viagem pelo Brasil, também seu anseio por conhecimentos, como um filho do Iluminismo, e ainda, suas esperanças e expectativas satisfeitas em relação ao Brasil, “continente esplendoroso que o prendeu” (MARTIUS, 1992, p. 3, grifo nosso).

Além disto, o trecho aponta-nos para uma questão fundamental na compreensão do pensamento de von Martius a respeito dos indígenas. Seu vínculo com o Brasil se completa a partir de dois elementos. Primeiramente, conforme tratamos no primeiro capítulo, a natureza, cuja expressão de maior destaque é conferida ao “rei dos rios”, o “poderoso” Amazonas. Para o naturalista, esta, além de fonte de recursos, torna-se motivadora e mediadora da resolução dos múltiplos enigmas humanos. No Brasil e, sobretudo, no Amazonas, a personagem Hartoman – que relacionamos a von Martius – encontra ocasião e se dispõe a resolvê-los, e isto ele o faz ao decidir encontrar-se com os “selvagens” do interior do Brasil (ibidem).

Outros elementos indicam-nos como a percepção que o autor tem do espaço natural se relacionam ao processo da contínua construção intelectual de von Martius, presente desde sua narrativa de viagem. A formulação “deserto verde” possibilita-nos uma percepção de quais eram os sentimentos de von Martius em sua viagem pelo Amazonas. Um deserto tanto pode indicar solidão quanto um espaço “inescrutável”, para usar outra formulação do próprio Hartoman. Não obstante, a qualificação “verde” remete à pujança natural encontrada na floresta Amazônica.

A construção “velhíssimas florestas” coaduna com o pensamento do naturalista quanto à ascendência dos índios de um florescente povo na antiguidade. Todavia, ao contrário do caráter “grandioso e cativante”, para usar as próprias palavras do narrador de **Frey Apollonio**, atribuído à natureza, que, mesmo antiga, alcançara notável esplendor, os índios não se aperfeiçoaram com o passar do tempo, ao contrário, degeneraram-se. Este pensamento de von Martius aparece já em **Viagem pelo Brasil**. Não obstante, a incorporação no romance de personagens como Pacachutec e Tsomei, como membros e representantes de uma sociedade mais avançada em relação a outros grupos indígenas, como os Mura e Coretu, constitui uma abstração de von Martius de como teriam sido as sociedades indígenas na antiguidade. Entretanto, a teoria da degeneração foi recorrente como parte de um discurso que se tinha no século XIX a respeito destas populações, discurso do qual von Martius se apropriou.

Já a formulação “inescrutabilidade da natureza” reforça uma importante mudança no próprio von Martius. Como um cientista que almejava investigar meticulosamente, apreendendo tudo que pudesse da pujança natural presente no Brasil, se vê incapaz, ainda que tivesse realizado esforços neste sentido.

Na continuidade, Hartoman pondera que “tudo parecia abençoado e continha significação mais expressiva do que o que quer que vira até então” (MARTIUS, 1992, p. 3). Este aspecto também aparece – efetivamente – no início do 3º volume de **Viagem pelo Brasil**. Após as vicissitudes que acometeram a expedição de von Martius e von Spix, quase lhes ceifando a vida, a tão almejada chegada ao Amazonas e o contato com sua natureza era uma beatificação e marco que acompanharia von Martius ao longo de toda a sua existência. Também o “entrelaçamento de realidade e imaginação” percebido por Hartoman, na continuidade da apresentação que von Martius faz de seu personagem no romance, constitui-se como um desdobramento e manifestação efetiva de suas sensações no percurso pelo Amazonas. Ao subir o Japurá, por exemplo, em direção às cataratas de Araracoara, o naturalista afirma em sua narrativa:

Devia supor achar-me agora num território dos indígenas primitivos da América, ainda não tocado pelo sopro da civilização europeia. **Essa ideia tinha certo encanto para mim**; e, cercado por natureza selvática e homens primitivos em toda a sua rudeza, mesmo os perigos, que víamos à nossa frente e atrás de nós, **davam à minha posição um colorido particular** (SPIX; MARTIUS, 1938, v. 3, p. 334, grifo nosso).

O narrador de **Frey Apollonio** revela ainda, quanto a Hartoman, que “Idéias e sonhos comoventes acerca da **vida e morte do planeta**, da **origem e desaparecimento de suas criações**, da **luta titânica da humanidade contra a natureza – e contra si mesma** – perpassaram o meu espírito” (MARTIUS, 1992, p. 4, grifo nosso). Este trecho apresenta-nos como a sensibilidade de von Martius em relação à natureza e ao índio aparecem já no primeiro capítulo entrelaçados nos três pontos destacados. Foi a partir do que observou e vivenciou no Amazonas que as cogitações do naturalista adquiriram vívidas representações. Todavia, opinamos que o pensamento de von Martius em relação ao índio – manifesto em **Frey Apollonio** – aparece de modo mais expressivo nos capítulos que tratam sobre a relação entre Hartoman, Tsomei e, especialmente, Pacachutec.

Efetivamente, as características atribuídas ao povo do qual descendia Tsomei, como um povo da montanha, identificam-nos aos Tupi; neste sentido, é significativo atentar para o modo

como von Martius discorre sobre as impressões que Hartoman teve da sociedade liderada por Tsomei, caracterizando seus membros como numa posição “acima dos selvagens comuns” (MARTIUS, 1992, p. 126). Von Martius coloca ainda que Hartoman, ao recordar, “diante da apresentação tão diferente desses índios, dos boatos que lhe haviam sido transmitidos [...], não deixou de considerar o fato de que **enfrentava um enigma interessante**” (ibidem, grifo nosso).

Além disso, von Martius apresenta uma relação de amizade iniciada entre Pacachutec e Hartoman, a partir da qual, o jovem europeu pôde estabelecer um vínculo mais profundo com esse povo diferente, acentuando o “enigma” quanto à sua concepção desta sociedade, diante dos outros grupos indígenas com os quais Hartoman estabelecera contato. O narrador de **Frey Apollonio** discorre ainda sobre uma relação de confiança que se solidificou entre Hartoman e Pacachutec.

Discorrendo sobre a estada de alguns dias passados pelo europeu na comunidade onde viviam Pacachutec e Tsomei, o narrador descreve um passeio, no qual os dois amigos puderam travar relações mais íntimas. É interessante notar como a personagem indígena devotou confiança a Hartoman, ao contar histórias sobre o passado de seu povo. Assim, Pacachutec confidenciou ao europeu, durante o percurso por um caminho margeado por uma bela plantação de bambus, caracterizada como uma “obra de arte”, que havia sido seu avô que construíra esta plantação, com o propósito de defesa. O índio contou ainda que esta era uma prática costumeira dos índios, mantida “desde tempos imemoriais” (ibidem, p. 127). “Ali [continua Pacachutec], onde as vês em grande quantidade, viveram os meus avós, antes de se tornarem infelizes” (ibidem). Ao fim do caminho, que subia por uma montanha, terminando numa plataforma, ambos os amigos se depararam com um pomar, de “aspecto deveras surpreendente”; havia ainda “instalações quadradas”, com plantações de cana-de-açúcar, milho, algodão e mandioca, além de flores, “até então desconhecidas do nosso amigo [conta o narrador a respeito de Hartoman]”, que “julgava-se transportado a outro país” (ibidem). O narrador de **Frey Apollonio** conta ainda que a impressão de tal natureza, “enobrecida pela diligência do homem, exerceu efeito milagrosamente tranquilizador sobre a sua índole” (ibidem). À vista de tal paisagem, afirma o narrador que Hartoman “não conseguiu esconder o seu entusiasmo”, em relação ao qual Pacachutec não esboçou reação (ibidem).

O fim deste trecho é significativo, na análise sobre o pensamento de von Martius a respeito dos índios. O narrador prossegue, contando que Pacachutec, atravessando com passos rápidos a plantação, subiu ao cume da montanha, seguido por Hartoman. Do alto, os amigos

puderam contemplar o “panorama infindável” que se lhes apresentava (MARTIUS, 1992, p. 128).

O diálogo dos amigos é expressivo. O narrador conta que Pacachutec, “com voz melancólica”, revelou a Hartoman que, tal qual a plantação de seu pai, era antigamente todo o país; “hoje [continua o índio] é um enorme matagal!” (ibidem). “Realmente [prossegue o narrador], Hartoman jamais tivera visão mais comovente do que esta, que aqui se oferecia a seus olhos”. Tudo era um “oceano de selva verde-escura”. O homem encontrava-se de todo ausente desta “imensa e silenciosa criação”; a respeito de algumas colunas de fumaça, que subiam desta selva, pensava Hartoman que não resultavam de “pios e gratos holocaustos”; antes, eram como “apelos finais do homem abandonado, perdido, desesperado, que lá no alto esvaem-se sem serem percebidos” (ibidem). Tais ideias, continua o narrador, “perturbavam Hartoman”; “Céu, assim exclamou de braços levantados, o que reservas para ESTES SERES?” [sic]. Ao contemplar seu amigo Pacachutec, com “olhar altivo” para a paisagem à sua frente, Hartoman julgou observar uma lágrima. “Sim, *lágrimas* [grifo do autor], continuou [Hartoman] no seu monólogo, chora, filho deste deserto, que acabará por devorar-te, um perfeito desconhecido!” (ibidem).

Assumimos que este trecho é um dos melhores exemplos de uma manifestação sensível de von Martius quanto ao índios, em seu romance. É significativo avaliarmos que o autor constrói uma profunda identificação entre um índio e um europeu, cujas características permitem-nos relacioná-lo ao próprio von Martius. Como uma abstração intuitiva, é profundamente válida e representativa do pensamento do naturalista. Tendo em conta que esta versão do romance foi finalizada no mesmo ano da publicação do terceiro tomo de **Viagem pelo Brasil**, a análise de **Frey Apollonio** enseja a formulação de várias perguntas, de cujas possíveis respostas podemos sintetizar uma conclusão: von Martius, de fato, validou inequivocamente a dignidade humana das populações ameríndias. Suas obras posteriores demonstram seu interesse em investigar e contribuir para a busca por sua história. Com independência do debate acerca de suas ideias expressas no artigo *Como se deve escrever a história do Brasil*, a respeito do qual trataremos no capítulo seguinte, opinamos que o cientista julgou inconcebível uma história do Brasil que não considerasse as populações autóctones. Como chegamos a tal conclusão? Analisando cuidadosamente, no conjunto de seus escritos, a expressão dos seus sentimentos.

CAPÍTULO 3. A PERSPECTIVA HISTÓRICA DE VON MARTIUS EM RELAÇÃO AOS ÍNDIOS DO BRASIL

Como se deve escrever a história do Brasil (1844) talvez seja a obra mais conhecida do monumental acervo de trabalhos sobre as ciências do homem, legado por von Martius aos brasileiros. Sem aderir a nenhum posicionamento, periférico ou assente na historiografia nacional, resultante de todas as questões em torno do artigo, levantadas desde sua publicação, propõe-se aqui uma pequena contribuição a estes estudos, com o foco na perspectiva historiográfica de von Martius a respeito dos povos indígenas.

Sem desconsiderar a importância dos escritos anteriores do naturalista, nos quais as ideias concernentes à história indígena encontram-se em processo de fermentação, ressalta-se aqui que o tratado se constitui, de fato, como uma obra fundamental para a historiografia brasileira. Historiografia esta que, em meados dos oitocentos, buscava construir uma base para a tessitura de uma história para a jovem nação nos trópicos. Von Martius pôde contribuir para este intento e, efetivamente, o fez, ao apresentar o primeiro tratado que definia o Brasil como uma nação formada a partir de três “raças” (MARTIUS, 1844).

Nesta perspectiva, nos posicionamos com independência sobre o debate acerca do mito da igualdade racial, cujas considerações de von Martius presentes em seu tratado tangenciam com agudeza. Embora esta relevante discussão esteja assente na historiografia nacional, sua abordagem não cabe aqui, por ficar além dos objetivos definidos. Por ora, o assunto tratado neste capítulo refere-se a algumas das questões que surgem desta discussão, sustentando que as ideias presentes em *Como se deve escrever a história do Brasil* não são circunstanciais na biografia intelectual do cientista, mas fazem parte de uma linha de pensamento que partiu de seus primeiros escritos concernentes ao Brasil e que se manteve ao longo de toda a vida de von Martius. É neste sentido que afirmamos que pinça-las do artigo de 1844 e alça-las isoladamente como autênticas representações de seu pensamento, desconsiderando todo seu processo de maturação, empobrece a compreensão de um processo intelectual complexo. Ao avaliarmos esse ensaio sobre a História devemos levar em conta toda a formação intelectual do naturalista, já que encontramos no conjunto da obra do próprio von Martius percepções divergentes em

relação às questões discutidas aí, as quais demonstram claramente o amadurecimento de ideias pelo qual passou o cientista, cujas evidências conclusivas são os escritos das últimas décadas da sua vida.

O objetivo principal, ao abordar o artigo de von Martius de 1844, é discutir a perspectiva histórica sobre a população indígena como um elemento de destaque no conjunto de obras de sua fase jovem, notadamente, os 20 anos posteriores ao seu retorno à Europa.

Tratar desta temática também possibilita a visão daquele que pode ser considerado o mais destacado traço da identidade de von Martius, em construção desde a saída de sua terra natal em fevereiro de 1817, qual seja, a de estarmos analisando o pensamento de um viajante. Um viajante que, a despeito da vulnerabilidade manifesta mediante as impressões decorrentes de tudo que se lhe apresenta e transforma-o, posiciona-se de modo perspicaz e atento. Com efeito, após o início de sua viagem – ainda em solo europeu –, para o seu périplo pelas terras do ainda Império luso americano, o bávaro não seria mais o mesmo. Porém, inclusive depois de se estabelecer de volta em Munique, em 1820, von Martius continuou acrescentando à sua bagagem, para além de informações sobre o Brasil e seus povos, renovadas considerações. Boa parte das fontes que incorporou ao seu repertório de análise, já na Alemanha, provinha de observações de outros viajantes. Nesta perspectiva, metaforicamente podemos dizer que von Martius continuou viajando, inclusive depois de concluir o périplo pelo Brasil.

Em relação à população indígena, bem mais que um mero elemento de um passado remoto, a compor convenientemente, no contexto de então, um quadro mítico e heroico para a memória coletiva – posicionamento ao qual alguns dos letrados pareciam bem afeitos em meados do XIX –, o cientista instou para que, de fato, se investigasse o passado destes povos, procurando integra-los à história nacional. Tal investigação procurava também dar conta da resolução de um problema que von Martius avaliava como urgente em relação aos índios, aventado desde sua narrativa de viagem, qual seja, seu iminente desaparecimento.

Conforme colocado, acompanha-se aqui o pensamento de von Martius em seu tratado, estabelecendo algumas conexões com outros escritos do autor, já que, para uma eficaz compreensão de seu pensamento em relação aos índios, é imprescindível analisá-lo como um desdobramento de ideias que têm seu início com sua expedição pelo Brasil. Assim, há que se atentar para cada uma de suas obras, desde sua **Viagem pelo Brasil** (1823-1831). Isto permite avaliar com clareza seu pensamento e demonstrar como a preocupação com a questão indígena

não foi um dado isolado e fortuito no conjunto das obras do naturalista; não se trata de uma manifestação circunstancial em sua biografia intelectual, mas sim, de um elemento que se sedimentou a partir de sua experiência como viajante por boa parte do então território luso-americano. Antes, porém, é preciso empreendermos um voo panorâmico pelas principais ideias do cientista expostas em seu tratado.

3.1. Em busca de um passado perdido, com os olhos voltados para o futuro: os índios do Brasil nos longínquos anos 1840

Ao começar seu texto tratando sobre algumas “idéas geraes” a respeito da história do Brasil, von Martius aponta sua filiação às Luzes, afirmando que aquele que quisesse encarregar-se da tarefa da escrita da história do Brasil, não deveria deixar fora de seu campo de interesse “elementos” que concorressem para o desenvolvimento do homem (MARTIUS, 1844, p. 382). Assim, o naturalista põe de manifesto o argumento que nortearia sua proposta acerca da formação social do Brasil, já que tais “elementos”, que o bávaro caracterizava como “de natureza muito diversa” – que concorreriam para o desenvolvimento do homem – diziam relação com as três “raças”: a de cor “cobre ou americana”; a branca ou “Caucasiana” e a “preta ou ethiopica” (ibidem).

Nesta proposição inicial, von Martius busca conciliar dois discursos até então díspares quanto à formação do Brasil enquanto unidade, no contexto específico de busca e construção de tal unidade. Por um lado, havia “o Brasil”, nação tropical recém-independente de sua metrópole e carregada de expectativas de um futuro de glória, dentre as nações “civilizadas”, discurso este ao qual o naturalista se filiou desde sua expedição. Por outro, para “um grande país”, haveria a necessidade de um grande povo, mas, que povo seria este? Dadas as peculiaridades do Brasil, aspecto aventado pelo próprio von Martius, como construir uma unidade populacional, “o brasileiro”, deixando de incluir em tal unidade uma população já

ocupante do território antes da vinda dos europeus, ademais, como não levar em conta a presença dos escravos africanos?

Assim, o cientista muniquense ressalta, de início, que, do “encontro”, mistura, relações “mutuas” e “mudanças” destas “raças” havia sido formada a população do Brasil, cuja história, por este motivo, tinha um “cunho muito particular” (MARTIUS, 1844, p. 382). Outrossim, von Martius aponta que a cada “raça” – segundo a sua índole “innata”, as circunstâncias nas quais vivera e se desenvolvera – corresponderia “um movimento histórico característico e particular”, resultando que a história do Brasil culminaria de “uma lei particular de forças diagonaes”. Deste modo, ao conferir a cada uma das três “raças” do Brasil particularidades “physicas e moraes”, o cientista coloca que cada uma deveria constituir-se num “motor” para a formação nacional. Neste sentido, von Martius atribui ao português o papel de “mais poderoso e essencial motor”; não obstante afirma enfaticamente que seria um erro o desprezo das “forças” dos índios e negros “importados”, as quais contribuíram “igualmente” para o desenvolvimento “physico, moral e civil da totalidade da população”, incidindo decisivamente sobre a “raça” predominante (ibidem).

Von Martius avalia que poderia haver brancos que discordassem de suas ideias a esse respeito, mas argumenta que tais não deveriam ser encontrados entre aqueles que realmente pudessem contribuir para uma historiografia “philosophica do Brazil”. Estes, como historiadores “humanos e profundos”, encontrariam “novo estímulo” ao investigarem a participação que tiveram e, então, tinham, os índios e negros para o desenvolvimento histórico do “Povo Brasileiro” (idem, p. 382-3).

Nesta perspectiva, o naturalista compara a formação do Brasil, quanto à mistura de “raças”, com a Inglaterra, que também se formara da confluência de celtas, dinamarqueses, romanos, anglo-saxões e normandos. Sendo isto resultado da ação do “genio da historia”, cuja sabedoria deveria sempre ser reconhecida, von Martius avalia este processo de modo positivo (idem, p. 383).

Embora atribua aos portugueses a qualificação de um “poderoso rio” que, no processo de formação do Brasil, deveria “absorver os pequenos confluents das raças India e Ethiopica”, von Martius coloca que o verdadeiro historiador “philosophico” deve “apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor [...], abstrahindo da sua côr ou seu desenvolvimento anterior” (ibidem). Nesta perspectiva, o naturalista justifica tal posicionamento colocando que “um

historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do genero humano auctorisa o leitor a desconfiar que elle não sabe collocar-se acima de vistas parciaes ou odiosas” (MARTIUS, 1844, p. 384).

No que tange essencialmente aos índios, ao propor uma minuciosa investigação de sua vida e história, von Martius aponta para a dificuldade de se estenderem estas pesquisas para o período anterior à conquista, entretanto, tal era a principal razão para a excitação da curiosidade (idem, p. 384-5). Nesta perspectiva, o cientista formula algumas perguntas que, em seus escritos anteriores, já haviam sido colocadas. Referem-se estas maiormente ao “enigma” que cercava o passado das populações ameríndias e ao processo pelo qual haviam passado, para se constituírem em “ruínas de povos” (idem, p. 385).

Esta questão do “enigma” atribuído aos índios é fundamental no pensamento de von Martius porque marca uma linearidade. Desde seu tratado *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* (1832), o cientista já fizera uma abordagem neste sentido. Somam-se a estas considerações a data da publicação deste escrito de inícios da década de 1830, muito próxima da publicação do terceiro volume de **Viagem pelo Brasil** – de fato, separada apenas por um ano –, dado que permite destacar um aspecto impescindível e de notável relevância para a análise e compreensão do pensamento de von Martius. Houve, incontestavelmente, uma preocupação de sua parte com as populações indígenas, claramente demonstrável pelo conjunto de obras que publicou ao longo de toda sua vida, sendo ainda possível considerar que os pensamentos do naturalista presentes em *O estado do direito* são reverberações de sua narração de viagem.

A leitura cuidadosa de sua narrativa de viagem, relacionando-a com seus escritos imediatamente posteriores, além de outros, mais afastados no tempo, nomeadamente *O passado e o futuro do homem americano* (1838) e o ensaio sobre a escrita da História do Brasil (1844), permite-nos verificar a íntima vinculação da experiência da viagem com a construção do seu pensamento com clareza. Interessa-nos aqui, entretanto, conforme já colocado, abordar uma análise do conjunto de seus primeiros escritos, nos quais percebemos traços por vezes dicotômicos, próprios da formação do seu pensamento.

No tratado *O estado do direito*, de 1832, von Martius vislumbra a população indígena que, então, encontrou no território que hoje denominamos Brasil sob uma condição enigmática, ainda sem solução. É possível sintetizarmos seus questionamentos na pergunta: “quem são [e/ou

eram] estes homens?” (MARTIUS, 1832, p. 21). Bem mais que sua diversidade física, o cientista procurava respostas para questões relacionadas ao “caráter” e “espírito” destes povos. A manifestação desta orientação, em um texto que vem à luz imediatamente após a publicação do terceiro volume de outro, que apresentara de modo abrangente a experiência da viagem, é sintomática no pensamento do naturalista. De que modo se buscaria a elucidação de questões ligadas ao “caráter” e “espírito” dos indígenas sem o recurso à linguagem? Nesta perspectiva, após sua viagem de aproximadamente três anos por grande parte do território brasileiro, o cientista havia sido capaz de construir – de modo sólido – um painel representativo deste espaço.

No que tange a *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, embora seu título nos remeta ao tratamento do que poderíamos chamar de “questões jurídicas” que o viajante observara entre as populações indígenas durante sua expedição pelo Brasil, o cientista o inicia manifestando a dificuldade em compreender estes povos. Entretanto, tal dificuldade, longe de se constituir numa barreira, enseja a formulação de um questionamento muito claro a respeito de quem seriam, retomando um interesse permanente em seu pensamento. Além disto, tal caráter “enigmático” conferido aos índios, especialmente ao seu passado, já havia sido esboçado no pensamento de von Martius em **Viagem pelo Brasil**.

Como um filho da Ilustração e em sintonia com um posicionamento assente pela filosofia da história, que compreendia a humanidade como uma unidade fazendo parte de uma progressiva marcha, embora em etapas diferenciadas, o naturalista tenta e não consegue situar os povos indígenas neste processo. Para von Martius, esta era a principal barreira colocada à ciência, já que era possível verificar entre os índios polos opostos daquilo que chamava de “vida intelectual”. Por um lado, o cientista verificava entre eles características que os remetiam à infância. Todavia, sem capacidade para “progredir”, assemelhavam-se a “velhos estacionários”. À vista disto, como concilia-los com a Europa? Como torna-los cidadãos “satisfeitos e felizes”? (ibidem).

Em conexão com este pensamento, no tratado de 1844, ao fazer referência ao pensamento desenvolvido por Jean-Jacques Rousseau, von Martius expressa, uma vez mais, seu desacordo, caracterizando-o como o enfeite de “uma filantropia e philosophia enganadora”. O cientista conclui seu pensamento neste particular apontando que o estado atual dos índios era, sim, o “residuum de uma muito antiga, posto que perdida historia” (MARTIUS, 1844, p. 385). Esta afirmação é de capital importância, já que, embora reconhecesse as

dificuldades na empresa, o cientista coloca que a investigação acerca da história dos índios se constituiria numa tarefa “cheia de interesse” (MARTIUS, 1844, p. 385).

Nesta perspectiva, no tratado de 1832 von Martius também discutira esta concepção, abordada já em sua narrativa de viagem, qual seja, a de que os indígenas não estariam numa fase “inicial” de sua história – em particular – e da história da humanidade, falando de modo geral, mas, ao contrário, haviam passado por um processo de decaimento. Esta concepção também se constituía num entrave à filosofia da história, na esteira da Ilustração. Como inserir na “marcha” da humanidade povos que possuíam marcas de um passado de glória, mas que, desafortunadamente, regrediram? Como vislumbrar uma paridade entre trajetórias diametralmente opostas no “progressivo” desenvolvimento “natural” rumo à tão cara meta da civilização? Tais considerações do cientista também possuem estreita vinculação com ideias manifestas desde sua **Viagem pelo Brasil**.

Desta, o naturalista retoma uma metáfora utilizada em suas considerações sobre os índios. Ao percorrer o termo de Tejuco, em Minas Novas, a meados de 1818, von Martius, tecendo considerações sobre as festas e a língua de vários grupos indígenas – os Macuaní, Malalí, Maxacari, Capoxó, Panhame, Comanoxó, Monxocó e Botocudo – observara o “modo como parecem falar em sonho”, concluindo: “e não é um sonho soturno a vida toda desses homens, sonho do qual jamais acordam?” (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 2, p. 155-6). Este aspecto de “sonho” atribuído aos índios é recorrente no pensamento de von Martius e interessante para sua análise. Não se trata de uma caracterização leviana, parece-nos. Tendo em vista que o sonho, num aspecto metafórico, constitui-se como uma manifestação da alma, é sintomático observarmos esta consideração do viajante no conjunto do seu pensamento.

No tratado de 1844, von Martius também coloca que, como nos sonhos, era possível vislumbrar entre estas populações “as imagens mas [“mais” na edição de 1982] variegadas”, traços de uma pura inocência ao lado de “outros em que a humanidade [“humanidade”] parece uma imitação do animal” (MARTIUS, 1906). Por fim, von Martius verificava reflexos da “natureza espiritual e elevada do nosso ser [falando aos europeus] atingindo á consciência perfeita e, quaes harmonias de conciliação, nos irmanam com uma raça decahida, que pelas muitas desgraças quasi se deshumanizára” (MARTIUS, 1832, p. 20). A partir desta formulação de visões em sonhos, o naturalista parece observar estes povos a partir de um caleidoscópio, o que lhe permite divisar as mais variadas imagens.

A seguir, o cientista passa a propor uma sistematização para o estudo do indígena, algo que já havia iniciado em sua expedição pelo Brasil. Primeiramente, ao investigador caberia a atenção para o índio em suas “manifestações exteriores”, atentando especialmente para seu físico e comparando-o com “visinhos da mesma raça”; posteriormente, as investigações deveriam conduzir ao campo da “alma e intelligencia”, expresso mediante a “actividade espiritual” destes povos, a qual seria manifesta por seus “documentos históricos” (MARTIUS, 1844, p. 386). Ao caracterizar esses “documentos históricos”, von Martius deu um passo decisivo para a sua proposta, já que coloca que o documento “mais geral e [...] significativo” a ser pesquisado pelos historiadores deveria ser a língua dos povos indígenas, especialmente pelo contexto então vivenciado por estas populações, com base no qual o cientista vislumbrava o desaparecimento de seus idiomas. Esta preocupação expressa por von Martius é muito significativa, ao considerarmos suas obras posteriores que tratam desta questão, nomeadamente sua monumental **Glossaria Linguarum Brasiliensium** (Erlangen, 1863).

Neste sentido, constatamos que, efetivamente, mais que a expressão de ideias e contribuição para um debate – o que já seria de grande relevância –, o tratado sobre a História constituía-se na manifestação de um engajamento que von Martius, de fato, já tinha em relação aos povos indígenas. Neste particular, o cientista chega a assumir, em seu tratado, uma atitude ousada, ao exprimir seu desejo de que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil designasse linguistas para a redação de dicionários e observações gramaticais sobre as línguas dos índios.

Neste respeito [continua von Martius] seria muito para desejar que se investigassem especialmente *as radicaes* da lingua Tupi e dos seus dialectos, desde o Guarany, [...] e o Guez [...]: que para tal dictionario Brasileiro servisse de modelo o vocabulario que a Imperatriz Catharina mandou esboçar para as linguas Asiaticas, e que afinal e principalmente se colligissem em primeiro logar todos os vacabulos [“vocábulo”, na edição corrigida de 1982 das editoras Itatiaia e da USP] que se referem a objectos naturaes, determinações legaes, (de direito) ou vestígios de relações sociaes (MARTIUS, 1844, p. 386, grifo do autor).

O cientista apresenta suas proposições com conhecimento de causa. Desde sua expedição, em todos os contatos que teve com populações indígenas, especialmente quando percorreu o Amazonas, von Martius procurara investigar meticulosamente a língua, falada tanto por indivíduos quanto grupos com os quais se relacionou. Com isto, deu início ao estabelecimento de uma base a partir da qual poderia aprofundar os conhecimentos e sua compreensão acerca destes povos.

Além disto, as afirmações parecem sugerir que von Martius julgava faltar no Brasil um cuidado em relação aos índios, especialmente quando confrontamos seus pensamentos expressos em *Como se deve escrever a história do Brasil* em relação com o que apresenta em sua **Viagem pelo Brasil**, especialmente no terceiro volume. Outro dado que a citação do tratado sobre a História levanta é o interesse do naturalista pela língua geral, derivada do Tupi, claramente manifesto desde sua narrativa de viagem e em seus trabalhos posteriores. Sobre esta, afirmava o cientista ser “muito significativo que um grande complexo de raças Brasileiras” entendessem-na (MARTIUS, 1844, p. 386-7). Von Martius compara a preponderância do tupi entre os índios do Brasil, com as línguas quíchua e aimará, predominantes no Peru, tentando sustentar sua tese do decaimento pela qual os índios haviam passado.

Não podemos duvidar [afirma o autor, neste sentido] que todas as tribus, que n’ella [a língua tupi] sabem fazer-se intelligiveis, pertençam a um unico e grande Povo, que sem duvida possuiu a sua historia propria, e que de um estado florescente de civilização, decahiu para o actual estado de degradação e dissolução, do mesmo modo como o observamos entre os Povos occidentaes, que fallavam a lingua dos Incas, ou o Aymara (ibidem).

Esta proposição da investigação sobre a língua dos índios formulada por von Martius também aponta para uma urgência. Vinculada a ela, encontrava-se também outra preocupação, já esboçada tanto em seu tratado de 1832 quanto em *O passado e o futuro do homem americano*, de 1839. A partir das condições da população indígena, verificadas durante sua expedição, o cientista alertava para um iminente desaparecimento, inviabilizando, portanto, futuras investigações. Também em 1832, o naturalista já apresentara como uma das razões para o estudo da “humanidade americana” sua diminuição, então numa “progressão assustadora” já desde alguns séculos (MARTIUS, 1832, p. 21).

Em relação a esta questão, von Martius também apresenta outras hipóteses que conferiam à investigação sobre “a lingua dos aborigines Brasileiros um [...] interesse geral”, em seu tratado de 1844 (MARTIUS, 1844, p. 387). Ao estudo da língua, o cientista conecta a investigação sobre a mitologia, as “Theogonias” e “Geogonias das raças Brasileiras” (ibidem). Trata-se, efetivamente, da sugestão de um critério de observação que o próprio cientista já adotara durante sua expedição.

Nestes campos, o autor aponta que estudiosos que se dedicassem a ele poderiam encontrar vestígios muito significativos de “uma perdida philosophia natural, e de um culto ainda enigmatico”. Outro aspecto para o qual o investigador deveria atentar – segundo von

Martius – diz relação com os “vestígios de symbolos e tradições de direito [...] e com isso encerra-se o circulo das investigações ethnographicas que o historiador deverá fazer” (MARTIUS, 1844, 387-88).

Ao propor a investigação sobre as “tradições de direito”, no tratado sobre a História, von Martius retoma uma temática já abordada em seu texto de 1832. Em *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, porém, o cientista colocara que, antes do tratamento de questões jurídicas, deveria tratar acerca do que chama de “estado social” dos índios, posto que “um direito e condições jurídicas, presuppõem uma historia e um estado especial que della deriva” (MARTIUS, 1832, p. 21). Esta formulação de von Martius, feita nada menos que 12 anos antes da proposição de sua contundente *Como se deve escrever a história do Brasil* é basilar para a compreensão de seu pensamento. Embora considerasse a existência de toda uma nebulosidade acerca do passado dos povos indígenas, o que também o alinhava com os letrados no âmbito do IHGB, von Martius reconhecia-os como portadores de uma história, com pilares sociais que, em alguma medida, colocava-os ao lado dos europeus, além disso, a percepção de tais laços sociais era um contra-argumento à tese do pertencimento dos índios a um estado de natureza do qual eram incapazes de sair.

Entretanto, é significativo, dentro do conjunto de toda a sistematização que o cientista propôs para a investigação sobre a história dos índios no tratado de 1844, o destaque que conferiu à língua. De fato, ao considerarmos a série dos primeiros escritos do cientista, que perfazem cerca de vinte anos após sua expedição pelo Brasil, constatamos que a investigação linguística sempre esteve presente em seus interesses. Além disto, ao incorporarmos seus estudos posteriores, verificamos a efetiva objetivação dos anseios de von Martius, dispersos em todos os seus escritos iniciais.

Não obstante algumas manifestações implacáveis face ao contato com os índios quando viajou pelo Brasil – os sentimentos do cientista, sobre os quais já discorreremos – opinamos que a perspectiva histórica em relação às populações indígenas sempre esteve no olhar de von Martius, e, de fato, o naturalista muito contribuiu neste sentido, ao não somente propor, mas investigar cuidadosamente sua língua.

3.2. Divergências em uma escrita da História para o Brasil

Ao se considerar como pano de fundo mais amplo o contexto de formação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tendo como um de seus pilares a fabricação do Brasil enquanto unidade nacional e, por conseguinte, do brasileiro, partilhando de uma identidade sob tal unidade, aqui procuramos discutir as razões envolvidas na premiação do artigo de von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, além de algumas reações ao seu tratado.

Em *A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)*, Rodrigo Turin aponta que, no tratado de 1844, von Martius conferira aos indígenas um papel de destaque no quadro de formação do Brasil enquanto nação. De fato, conforme discorremos acima, o interesse do naturalista pela historicidade destas populações manteve-se desde sua expedição, somando-se então às intenções da recém criada agremiação, no interior da qual iniciava-se a sistematização de uma historiografia nacional. Além disto, para a razão Iluminista – na qual o cientista fundamentava-se – era impensável omiti-los, conquanto admitamos a existência de posicionamentos divergentes no âmbito mais restrito do próprio IHGB, quando se tratava de incorporar os índios numa história oficial da nação; por extensão, ao incluirmos nesta questão alguns pensadores europeus, nem todos consideravam a importância dos povos indígenas para a civilização humana, observando uma perspectiva histórica própria dos oitocentos, dado que nos possibilita a constatação de que o Iluminismo, de fato, não foi um movimento – se assim podemos colocar – fechado, pelo contrário.

Nesta perspectiva, a integração do indígena ao projeto historiográfico nacional esbarrava neste entrave, já que a mesma razão iluminista, uma base a partir da qual von Martius procurava integrar estes povos à história do Brasil, também definia os marcos de historicidade que deveriam ser buscados entre os índios. Essa definição terminava por configurar uma ausência de tais marcos entre os aborígenes do Brasil, constituindo um crucial hiato em seu passado e forçando sua exclusão da temporalidade que se procurava delinear para a nação em formação nos trópicos. Essa questão constituía o dilema a ser enfrentado tanto por von Martius quanto pela própria elite letrada no âmbito do nascente Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Assim, o interesse pela investigação sobre os indígenas, não obstante o caráter

“enigmático” atribuído ao seu passado, longe de enfraquecer, alimentou a “curiosidade” investigativa. Conforme apontamos, no âmbito brasileiro, este interesse pelo passado destes povos, manifesto por von Martius, era partilhado pela elite letrada no círculo do IHGB, comprometida com a construção da história nacional.

Ao fazer um levantamento das questões formuladas pelo IHGB para a investigação acerca dos indígenas, Turin destaca duas preocupações presentes à época: primeiro, saber qual a origem destes povos, assunto cuja resposta indicaria pistas para resolver outra questão, qual seja, averiguar qual o seu estado quando da chegada dos portugueses, no século XVI; a segunda preocupação diz relação com as medidas que deveriam ser adotadas visando sua civilização. Neste sentido, a catequização aparecia como a melhor opção, na esteira do modelo posto em prática anteriormente pelos jesuítas.

Ainda que com algumas especificidades, o interesse em torno da questão envolvendo a origem dos índios acabou definindo dois pólos opostos entre a elite letrada do IHGB, os quais pressupunham diferentes posicionamentos. Por um lado, havia os defensores da ideia de que os índios, descendentes de um estado anterior civilizado, haviam decaído, carecendo, portanto de um apoio que contribuísse para sua nova civilização. Dentre os adeptos desta corrente, figura o primeiro secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa. Por outro lado, alguns poucos, cuja representação mais destacada foi assumida por Varnhagen, defendiam a ideia de que os índios, presos ao seu estado de natureza, eram incapazes de assimilarem a civilização, havendo, portanto, pouco a ser feito.

De acordo com Turin, para Barbosa estaria implícita ao ‘estado de natureza’ dos índios uma série de ausências: de leis, domicílio, pátria. Além disto, a busca pela satisfação das necessidades imediatas configuraria um estado do qual estes povos seriam incapazes de sair. Mas, em suma, o primeiro secretário do Instituto considerava a ausência de trabalho e propriedade entre os índios a constatação da sua falta de historicidade (TURIN, 2006, p. 91).

Nesta perspectiva, é interessante avaliar como von Martius, em seu texto de 1832, *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, se dedicara a tratar do que chamava de “condições sociais” dos índios do Brasil. Nesse trabalho o cientista muniquense foi capaz de identificar traços de uma sociedade mais complexa, portanto, situava-se em parcial oposição ao que se depreendia da compreensão de Barbosa.

As ideias presentes neste tratado estão relacionadas com o que o naturalista expôs no texto de 1844. Ao encontrar resquícios de práticas características de sociedades mais complexas entre os índios do Brasil em sua expedição, von Martius alçava-se como a principal autoridade que defendia a ideia da decadência pela qual estes povos teriam passado, indicando, concomitantemente, as medidas a serem tomadas para a sua regeneração. Nesta perspectiva, Turin afirma que “Martius, ao menos em sua dissertação, também parecia recusar a exclusão desses indivíduos de uma comunidade humana universal, agora não essencialmente cristã, mas particularmente histórica” (TURIN, 2006, p.97).

O pertencimento dos índios a tal “comunidade universal” proposto por von Martius deveria ser demonstrando principalmente por meio da língua. Aliás, o recurso à linguagem poderia oferecer um material eficaz, na ausência das marcas de historicidade exigidas pela ciência histórica do oitocentos.

Por sua vez, Varnhagen, como representante de um grupo que postulava a incapacidade dos índios ascenderem à civilização, procurava, todavia, também investiga-los. Em seu texto *A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis*, o historiador Temístocles Cezar se dedica a tratar acerca das questões que envolveram a formulação de um pensamento nesta perspectiva no contexto do oitocentos, o qual encontrou no seio do IHGB o lugar privilegiado para o seu desenvolvimento.

Segundo Cezar, uma das principais características da cultura historiográfica oitocentista no Brasil foi a produção de um discurso que convencesse os ‘brasileiros’ sobre seu partilhamento de um “passado comum” e de um presente “com a mesma identidade” (2006, p. 29). Embora admitamos, concordando com o autor, que esta formulação é representativa de boa parte dos letrados do IHGB, já temos demonstrado que, longe de constituir-se num consenso, a produção deste discurso, como uma meta assumida de modo mais ou menos geral, tornou-se a base para uma multipolarização de opiniões. Podemos sintetizar como fator primordial para esta multipolarização justamente a inclusão do indígena e, por extensão, do negro, na constituição de uma identidade para o brasileiro.

Contribuíam para este intento – não só a produção, mas também a “singularização” de tal discurso – a história e a geografia, que passavam por mudanças epistemológicas para serem inseridas dentro do que se entendia, então, por ciência (ibidem).

No que diz relação com a criação de uma história nacional, cabe chamar a atenção sobre o interesse em se buscar uma origem para o Brasil enquanto nação, como uma das metas que também se encontra no seio das mudanças epistemológicas pelas quais a história passava. Nesta perspectiva, Cezar coloca que a formulação e busca por respostas a duas perguntas ensejavam e norteavam a produção deste discurso: “quem somos” e “de onde viemos” (CEZAR, 2006, p. 29).

Em meados do século XIX, parecia difícil aos homens de letras negar a natureza compósita do que viam: uma sociedade efeito da presença e cruzamento do europeu, do africano e do indígena. Entretanto, antes de se narrar a história desse processo de mestiçagem (...), correspondia uma dúvida: e os índios? Eram autóctones ou imigrantes, ou ainda ‘invasores’? (idem, p. 30).

A apresentação deste questionamento por Cezar, como um dos muitos que faziam parte dos debates em torno desta questão no decorrer do século XIX é interessante quando pensamos que o título do tratado de von Martius de 1832 traz em seu final a definição “autóctones do Brasil”. Isto nos permite adiantar a consideração de que, o cientista reconhecia não somente o direito dos índios ao território então “partilhado” pelos europeus, no qual também inseriram posteriormente – com violência – os negros, mas ainda sua posse legítima pelo fato de serem “autóctones” deste espaço (ibidem).

Cezar afirma, neste sentido, que o artigo de von Martius foi decisivo. De fato, antes da proposta do cientista, finalizada em janeiro de 1843 e publicada no último número da revista de 1844, nenhum escrito tratando desta questão havia sido produzido por um “brasileiro”, que reconhecesse os índios também como “brasileiros”. O naturalista, efetivamente, é o primeiro autor, embora estrangeiro, não apenas a reconhecer a “brasilidade” dos povos indígenas, trazendo-a para o campo da historiografia – para além do romantismo, âmbito no qual os índios já tinham não somente uma presença como também se constituíam numa representatividade do Brasil enquanto nação em vias de construção – como também a aventar para a necessidade de que se estudasse – com profundidade, obviamente – sua história.

Por outro lado, ao considerarmos as reações não só ao seu texto mas também a outras obras suas, destacamos, especialmente, a figura de Varnhagen, sobretudo quando observamos o que apresentou em sua **História Geral do Brazil** (1854) e de que modo os índios encontravam-se aí representados. Nesta perspectiva, um dado importante a considerar é o fato

de que o Visconde de Porto Seguro tinha relações de proximidade com o imperador, então protetor do Instituto.

Além disto, quando pensamos no processo de formação do IHGB, com seus atores principais e as metas definidas com sua construção, dentre as principais, fornecer a definição do “Brasil” e dos “brasileiros”, com vistas a situar o Brasil entre as nações “civilizadas”, como podemos entender a aceitação de uma proposta que incluía os “selvagens” entre o “povo brasileiro”?

Cezar propõe ainda uma abordagem interessante do texto de von Martius. Segundo esse historiador, a forma como se encontra organizado o ensaio, sugere que o naturalista entendia os índios, de fato, como “autóctones” do Brasil, i. e., possuidores do território antes da chegada dos portugueses e, posteriormente, dos negros. Ao contrário de outros autores que já haviam proposto – ou narrado – uma “história” do Brasil antes do bávaro e, principalmente, de Varnhagen, cuja grande obra, posterior ao ensaio de von Martius, praticamente ignorou a presença e importância dos indígenas para a formação do “Brasil” enquanto unidade nacional, situando-os como figuras periféricas, para não dizer ausentes. Neste sentido, Cezar recorda que Varnhagen inclui os índios apenas no oitavo capítulo, tendo alterado a ordem somente após ter recebido duras críticas, para as quais apresentou a justificativa de que a “disposição original teria sido estabelecida pois lhe havia parecido o caminho mais correto para integrar o Brasil à história da humanidade” (VARNHAGEN apud CEZAR, 2006, p. 31).

Cezar acrescenta que “a origem dos índios brasileiros é uma questão que acompanhou Varnhagen desde o começo de sua carreira” (ibidem). Nesta perspectiva, esse pesquisador coloca uma importante mudança ocorrida quanto à compreensão destes povos pelo historiador do período imperial – que até então nutria “certa simpatia” pelos índios. Tal mudança se dera após um fato ocorrido durante uma viagem, na qual Varnhagen deparou-se, horrorizado, com a “selvajaria” dos índios (ibidem). “Seja qual for o motivo [prosegue Cezar], o certo é que Varnhagen tornou-se em seguida um duro crítico do romantismo indianista, ou do ‘perigoso brasileiro caboclo’, que ele dizia não adular ‘servilmente, como outros’” (idem, p. 32).

Cezar discute ainda o fato de que a proposição de Varnhagen quanto a uma origem externa dos índios, representados maiormente pelos tupi, seria o resultado de praticamente toda sua trajetória intelectual. O historiador comenta que em sua obra publicada dois anos antes de seu falecimento – **L’Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens**

Egyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les Tupis, etc.⁵ –, que ainda se encontra sem tradução em português, o Visconde de Porto Seguro buscava apresentar os argumentos para a plausibilidade da sua hipótese. O principal peso dentre os argumentos propostos por Varnhagen encontrava-se no estudo da língua, que, segundo ele, representava a única fonte confiável para o estudo dos índios.

Nesta perspectiva, como resposta às críticas à sua obra e, podemos acrescentar, à aceitação do artigo de von Martius, Cezar observa o interesse de Varnhagem em estudar os índios utilizando também as ferramentas propostas pela etnografia. Todavia, na investigação sobre a língua destas populações, ao contrário de von Martius, o visconde não procurava conhecer sua história, validando sua importância como “brasileiros”, decorrente, em grande medida, de sua legítima posse do território quando da chegada dos europeus. Seu objetivo consistia, ao contrário, em demonstrar como eram figuras marginais, fora da concepção do “brasileiro”. O principal objetivo de Varnhagen era desmontar os argumentos indianistas, apresentando a tese de que os índios teriam sido os últimos invasores do Brasil, não sendo, portanto, “autóctones”, como afirmava von Martius.

Cezar observa que, após o estudo comparativo entre o tupi e várias línguas, no qual não logrou sucesso, Varnhagen se volta para a língua egípcia, na qual conseguiu seus primeiros bons resultados. A partir de então, o historiador passou a reforçar sua tese da origem externa dos índios, ao estabelecer relações de proximidade com os egípcios. “Varnhagen teria deste modo comprovado que a ocupação tupi, efetuada em meio às maiores crueldades, sacrifícios e canibalismo, não foi mais do que uma invasão, cuja expiação teria chegado com Colombo e Cabral” (CEZAR, 2006, p. 36). O autor acrescenta que a repercussão a esta tese de Varnhagen não foi boa, concluindo que ela colocara os índios brasileiros num tempo que não mais lhes pertencia, o que esclarecia, em alguma medida, seu caráter decadente.

⁵ Cezar comenta em seu ensaio que este texto de Varnhagen, publicado em Viena em 1876, teve duas edições no mesmo ano, sendo que a primeira apareceu com muitos erros de linguagem e sem conclusão.

3.3. Uma luz sobre o passado dos índios, um caminho para a história do Brasil

Ao considerarmos o contexto de meados do oitocentos no Brasil, tendo como principal referência a concepção assente de história, partilhada tanto pelos intelectuais no âmbito do Instituto Histórico quanto pelo já não tão jovem viajante de Munique, percebemos um conceito que está no cerne de um jogo que, por sua vez, possui uma dimensão política, social, econômica e filosófica: o tempo. Um tempo que se procura delinear por vias difíceis, tortuosas, incertas, diante das quais se estabelecem dúvidas cruciais. Que elementos constituem uma etapa escoada na historicidade do Brasil? Ou antes, que elementos constituem esta historicidade, compreendida enquanto uma unidade? Quais são as marcas que conferem valor à nação “Brasil”, que num movimento temerário também almeja projetar-se para o “mundo” de então? São estas algumas das questões que nos cercam, em vias de concluir uma análise de nossa personagem, seu contexto, seu pensamento. Von Martius: botânico, médico, naturalista; von Martius: viajante, estrangeiro, historiador.

O historiador alemão Reinhart Koselleck apresenta-nos algumas possibilidades para pensar estas questões, em sua obra **Futuro Passado** (Rio de Janeiro, 2006). Primeiramente, Koselleck aponta que o tempo constitui-se como uma construção cultural sujeita às flutuações de cada época, incidindo no modo como seus contemporâneos se relacionam com o passado e concebem as possibilidades para o futuro. No Brasil de meados do XIX percebemos uma cisão difícil de ser resolvida entre estas duas posições. Que passado constitui-se como uma base a partir da qual se projeta o futuro? Ademais, que brasileiros perfazem tal passado? Vimos que, no âmbito do IHGB, não há sequer margem para um consenso acerca destas questões. À vista disto, qual o espaço conferido aos índios?

Ao incorporar à discussão sobre “tempo histórico” a datação, Koselleck discorre sobre a arbitrariedade de uma cronologia, na medida em que elimina todas as diferenças na relação no – e com – o tempo, entre diferentes pessoas e sociedades (2006, p. 13). Ao constatar a valorização deste aspecto cronológico pela filosofia da história do oitocentos, percebemos em von Martius uma transgressão a esta concepção. O naturalista percebe no Brasil uma particularidade em relação à Europa, no que tange a esta cronologia que abarcava toda uma

diversidade enquanto unidade. Como incorporar os índios a uma temporalidade única sem o conhecimento do seu passado? À vista disto von Martius projeta um futuro para a nação, dentro do qual estão inseridos os povos indígenas, não obstante o desconhecimento do seu passado.

Nesta perspectiva, cabe a referência a um trecho do segundo volume da **Viagem pelo Brasil**, saído à luz nada menos que dezesseis anos antes do tratado de 1844 e refletindo uma fase, digamos, mais efusiva do jovem cientista de Munique. Ao discorrer sobre sua estada na “cidade do Salvador ou Baía”, da qual von Spix e von Martius tiveram agradáveis impressões, decorrentes tanto de suas belezas naturais quanto de sua população, preponderantemente formada por mestiços, o viajante ponderara que “no contato com as diversas raças humanas, o europeu tem que deixar de parte certos preconceitos” (SPIX; MARTIUS, 1938, vol. 2, p. 284).

De fato, ao passar por Salvador, os naturalistas bávaros estabeleceram contatos com a diversidade da sociedade daquela cidade, formada das “mais variadas condições e cores” (idem, p. 292). Neste sentido, von Martius registra a participação numa festa na igreja de Nossa Senhora da Conceição, graças ao convite “feito por um mulato” (idem, p. 285); a percepção da diferença entre os brancos baianos e os brancos europeus (idem, p. 291) e, da participação numa apresentação de teatro, na qual a maioria dos atores era “de côr”, avaliara como boa a apresentação da orquestra, “bem exercitada, (...) pois os brasileiros são todos musicistas natos” (idem, p. 292).

Estes trechos são significativos ao analisarmos o pensamento de von Martius e permitem-nos formular algumas questões: qual a concepção do viajante de “brasileiros”, e quem seriam os “americanos” – tendo em conta seu tratado de 1838? Estas considerações parecem constituir-se a gestação de ideias que serão reelaboradas em seu tratado de 1844. Von Martius constrói ainda uma interessante metáfora à vista dos festejos do Senhor do Bonfim. Qual “espelho mágico”, as representações desta apresentação seriam manifestações de “todas as épocas, partes do mundo, toda a história da evolução humana, com seus mais elevados ideais, lutas, culminâncias e decadências, espetáculo que nem Londres nem Paris poderia oferecer” (idem, p. 294).

Ao concluir estas considerações, o viajante cogita: “que é que poderá trazer o quarto século para um país, que em apenas três pôde assimilar todas as orientações e graus de civilização, pelas quais o gênio da humanidade conduziu o Velho Mundo durante milênios?” (ibidem).

Tendo em conta estas cogitações de von Martius, feitas mais de uma década antes da publicação do tratado de meados dos anos 1840, avaliamos que a inclusão expressiva dos indígenas à historiografia nacional não se constituía num fim em si mesma, mas seria, com efeito, o primeiro passo para, efetivamente, investiga-los com vistas a lançar luzes sobre seu passado.

Koselleck também pensa em termos de um sentido para “tempo histórico”, e pondera: “a própria singularidade de um tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável, pode ser colocada em dúvida”, já que “o tempo histórico (...) está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações” (KOSELLECK, 2006, p. 14). Nesta perspectiva, o historiador se propõe a tratar não de apenas um tempo histórico, mas de muitos, “sobrepostos uns aos outros” (ibidem). Ao considerarmos o tratado de von Martius de 1844 como um desdobramento de sua narrativa, estaria o naturalista bávaro “sobrepondo tempos” em sua perspectiva de história do Brasil? Poderíamos opinar que sim, conferindo ao cientista uma posição ousada frente à própria filosofia histórica de seu tempo. Observar este aspecto tendo em conta a construção de von Martius concernente ao “espelho mágico” também é significativo. Além disto, se considerarmos a tentativa frustrada que o viajante fez de integrar os indígenas à “marcha da humanidade” e sua resolução em inclui-los à história do Brasil, mesmo que oficial, podemos, também, endossar esta posição.

No que tange à história enquanto conceito, Koselleck aponta também sua transformação semântica ocorrida no século XVIII, que, de uma dimensão plural que destacava apenas personagens e fatos considerados “relevantes” para a história universal, adquire um aspecto singular e universalizante. Com efeito, a proposição feita por von Martius em *Como se deve escrever a história do Brasil* ilustra como o conceito de história utilizado já passara – e, então, passava – pelo processo de transformação que Koselleck discute.

Não obstante seu movimento – no sentido de afirmar e contribuir para uma historicidade dos povos indígenas –, von Martius experimenta também um enigma. Como propor a escrita de uma história para o Brasil incorporando os índios, se não conhecia o passado desta população? Um caminho para a resolução desta questão nos é apontado também por Koselleck, ao discutir sobre as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, não necessariamente como opostas, mas constituindo uma tensão a partir da qual teríamos o “tempo histórico” (idem, p. 307-8). Von Martius, enquanto viajante, concretamente falando – além de metaforicamente,

quando observamos, por seus escritos de duas décadas após sua expedição, a continuidade de uma viagem – vivenciou uma experiência indelével. A partir desta, pôde vislumbrar a possibilidade de uma história para os índios, tendo por base, principalmente, sua língua, estabelecida graças à sua permanente e mais significativa identidade: a de um atento viajante.

CONCLUSÃO

No romance **Frey Apollonio**, ao discorrer sobre o longo percurso pelo Amazonas de Riccardo e Hartomann, em companhia de índios que remavam a embarcação, o narrador registra uma parada, após vários dias singrando o rio. Ao desembarcarem, Riccardo e o jovem alemão embrenham-se na mata, vindo a deparar-se com um índio que, em concentrada tarefa, não percebe de início a presença dos estrangeiros. Ao notar a presença dos viajantes, prossegue, impassível, em seu trabalho, que consistia em colher formigas diante de uma árvore morta. Ao concluir sua tarefa, o índio faz menção de retornar à sua habitação sem nenhuma deferência aos estrangeiros. Todavia, o italiano Riccardo tenta um afortunado contato.

Relação estabelecida, Riccardo e Hartomann acompanham o índio à sua habitação na mata. Trava-se, então, um diálogo entre a personagem indígena, Velho Pai, e o viajante italiano. Após discorrer, em tupi, sobre alguns fatos de sua vida, dos quais não se lembrava dos detalhes, Velho Pai recebe uma repreensão de Riccardo, que diz: “vós, os velhos, deveríeis prestar mais atenção à idade, guardando na memória o tempo decorrido” (MARTIUS, 1992, p. 21). A resposta de Velho Pai é carregada de significado:

Não é o tempo que envelhece; é a cabeça e o coração de cada um. Vós, brancos, sois às vezes jovens, sabendo entretanto muita coisa melhor que nós, vermelhos, e inversamente são os velhos brancos tolos e insensatos como crianças. O tempo, portanto, não age por si; depende das pessoas, das suas vidas, de seu sangue e de sua origem (ibidem).

Ao que Riccardo replica: “achas então que, ao contrário de vós, não nos tornamos nem melhores e nem mais sábios com a idade?” (ibidem). Segue-se uma longa resposta de Velho Pai, na qual apresenta vários argumentos a Riccardo. Antes de discorrermos sobre ela, convém pontuar novamente, de início, que esta construção constitui-se numa manifestação intuitiva do viajante de Munique. À vista disto, podemos perguntar: que fronteira separa sua teia narrativa da viagem concreta do naturalista da Baviera, ou antes, ela existe? Com estas questões em mente, percebemos que este significativo trecho do romance de von Martius, mais que reunir os três elementos sobre os quais procurou-se tratar nesta dissertação – natureza, sensibilidades e história –, entrelaça-os. Nesta perspectiva, procuramos aqui discorrer sobre estes elementos.

Primeiramente, o trecho apresenta um contato com os povos indígenas, estabelecido a partir de Velho Pai. Este contato, mais que uma efemeridade, mediada por trocas superficiais, enseja um diálogo profundamente significativo, no qual a personagem indígena assume o papel de porta voz de sua sociedade, frente aos brancos.

Para responder ao questionamento de Riccardo acerca do tempo, Velho Pai utiliza como exemplos algumas manifestações da natureza. Ao caracterizar Riccardo, e por extensão os brancos, como tolo, “incapaz de perceber seu raciocínio”, o índio discorre sobre a agitação humana, comparando os indígenas aos brancos. Os “vermelhos”, quando crianças, são tolos, agitados, correm de um lado para outro, sempre querendo tudo, se possível, a conquista da lua e das estrelas. Para quê? Não sabem. (MARTIUS, 1992, p. 22) Quais crianças vermelhas, prossegue Velho Pai, são também os brancos, incapazes de sossegar por toda a sua vida:

acordados, procuram sono, enquanto dormem querem despertar, no rio querem a terra, no campo o deserto. Sempre se agitam, como num turbilhão. Querem ouro e logo que o conseguem, desperdiçam-no; querem canela de cravo, salsaparrilha e pau-brasil, cacau e baunilha – e quando conseguem tudo isso, em viagens e trocas – entregam tudo a outros, que levam as cargas pelo através [*sic*] do grande rio, para começarem tudo de novo. Desse modo, os brancos agem como crianças. Mas quando param de agitar-se, e finalmente sossegam um pouco, está dado o sinal de que não vão viver por muito tempo. Pois a verdade é: Sois muito tolos! (ibidem).

Riccardo contra-argumenta: “E vós, homens vermelhos, por acaso sois mais espertos do que nós? Não correis sempre como a caça pela floresta, de um lugar a outro, sem abrigo, sem um lar seguro sequer?”, ao que Velho-Pai reafirma a tolice dos brancos, por não “disporem da inteligência” dos vermelhos (ibidem).

Este diálogo, que expressa a aparente falta de um consenso entre os indígenas e os brancos no que tange a uma questão mais ou menos específica, qual seja, a fugacidade do tempo e sua memória, é de nodal importância para a compreensão do pensamento de von Martius, tendo em vista seu tratado de 1844 como um desdobramento de suas primeiras impressões, do início de sua expedição em 1817. O naturalista iniciara sua viagem, como um botânico, atento e atraído pela natureza dos trópicos. Conforme avança, a partir dos primeiros contatos com indivíduos e populações indígenas, inicialmente, e posteriormente sociedades, o viajante de Munique questionava sobre sua origem e identidade. Estes dois elementos – a atração pela natureza e o anseio pela historicidade dos povos indígenas – encontra no Amazonas sua máxima expressão. Neste sentido, percebemos também que, conforme avança pelo território do Brasil,

von Martius percorre uma tênue fronteira, entre suas concepções, sua formação humana e filosófica e o espaço que percorre. Tempo e espaço, duas dimensões em conflito, para um viajante que, diante do novo, tudo almeja apreender e considerar.

O indígena retratado no trecho de **Frey Apollonio** responde a Riccardo formulando um questionamento. À agitação dos indígenas, resultante ou causa da falta de abrigo, Velho-Pai coloca que abrigos não existem. A árvore está sujeita à violência das águas do rio, assim como a terra das margens, aparentemente firmes, podem ser lançadas para seu lado oposto; as estrelas são transitórias no firmamento, assim como o sol que, apesar de poderoso, precisa partir; as aves trocam de ninhos, assim como os peixes migram. À vista disto, por que homens precisam “permanecer num só lugar e num abrigo seguro?”, questiona o ancião (MARTIUS, 1992, p. 23).

Não existe tal segurança, e nada temos que seja seguro, nem mesmo a sombra, pois faltando a luz do sol, ela nos falta, e nada pode fazê-la voltar. E a lua, que faz os homens adoecer e depois os cura, muda de uma hora para outra; da mesma maneira vivemos nós, seres humanos, em constantes transformações! (ibidem).

Toda a resposta de Velho-Pai acerca da efemeridade do tempo e do homem parece expressar o caráter de urgência que von Martius via quanto à busca pela historicidade dos povos indígenas. Expressa por meio da oralidade, também se encontra sujeita a uma fugacidade. Mas, ao percorrer o Amazonas, o viajante muniquense notara que apesar de efêmera, a natureza renovava-se, e, num espaço pleno de vida, aprofundou seu conhecimento acerca de uma população que avaliava também perder-se.

Assim, ao contato inicial com a natureza, apreendida inicialmente de forma poética e posteriormente sistematizada cientificamente, von Martius passou a uma busca por aquilo que não era tão simples de ser apreendido, e para o qual, conforme colocou-se, verificava a necessidade de uma urgência, dada sua importância, bem mais que a flora e fauna tropicais: a história dos índios do Brasil.

FONTES

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Frey Apollonio**. São Paulo, Brasiliense, 1992.

_____. **O estado do direito entre os autóctones do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1982.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 3 vols.

_____; _____. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos, s.a. (v. 3).

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. O estado de direito entre os autóctones do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XI, p. 20-82, 1906.

_____. O passado e o futuro do homem americano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. IX, p. 534-562, 1904.

_____. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 381-403, 1844.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP, Edusc, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

ARASSE, Daniel. O Artista. In: VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 183-205.

AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte, UFMG, 2009.

BALDUS, Herbert. A Viagem pelo Brasil de Spix e Martius. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 69, p. 131-146, 1940.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História**, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOURGUET, Marie-Noële. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 207-249.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, p. 29-41.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 9-24.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima (orgs.). **Um Brasil para Martius**. Rio de Janeiro, Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

FERRONE, Vincenzo. O Homem de Ciência. In: VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 155-182.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006.

_____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, 2000. Não paginado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP, Edusc, 2007, p. 15-18.

_____. Prefácio. In: KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo, EDUSP, 2009, p. 9-12.

KODAMA, Kaori. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ; São Paulo, EDUSP, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LEITE, Miriam L. Moreira. Naturalistas viajantes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 7-19, 1994-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1n2/a02v1n2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2013.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 1997.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Historia Naturalis Palmarum**. Munique, [s.n.], 1823-1850. 3 vols.

_____. **Glossaria Linguarum Brasiliensium**. Erlangen, Druck von Junge & Sohn, 1863.

MAZZARI, Marcus V. Natureza ou Deus: afinidades panteístas entre Goethe e o "brasileiro" Martius. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, 2010. Não paginado. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2013.

MONTAIGNE, Michel. Dos Canibais. In: **Ensaio**. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores).

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, HUCITEC, 1981.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: BARRETO, Célia de Barros et al. **O Brasil monárquico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p.119-131 (História Geral da Civilização Brasileira, vol. 1, t. 2).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: _____; LANGUE, Frédérique (orgs.). **Sensibilidades na História**. Porto Alegre, UFRGS, 2007, p. 9-21.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, 2010. Não paginado. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2013.

SCHWAKE, Helmut Peter. Anmerkungen zum ersten Brasilienroman: 'Frey Apollonio' von Carl Friedrich Philipp von Martius (1831). In: MERTIN, Ray-Güde; SCHÖNBERGER, Axel (org.). **Studien zur brasilianischen Literatur**. Frankfurt am Main, TFM/Domus Editoria Europaea, 1993, p. 9-95.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O sol do Brasil e os trópicos difíceis de Nicolas-Antoine Taunay. In: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz et al. (org.). **D. João VI e o oitocentismo**. Rio de Janeiro, Contra Capa/ Faperj, 2011, p. 207-230.

SIMMEL, Georg. O problema do tempo histórico. In: _____. **Ensaio sobre teoria da história**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011, p. 9-26.

SOMMER, Frederico. **A vida do botânico Martius**. São Paulo, Melhoramentos, s. a.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Atlas da Viagem pelo Brasil**. [s.l.], [s.n.], [19?].

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

TESCHAUER, Carlos. Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX no Brasil. In: SAMPAIO, Theodoro; _____. **Os naturalistas viajantes**. Salvador, Progresso, 1955, p. 191-216.

_____. Exploração e estudos do naturalista bavaro Carlos von Martius (1817-1820). In: SAMPAIO, Theodoro; _____. **Os naturalistas viajantes**. Salvador, Progresso, 1955, p. 219-231.

TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2006, p. 86-113.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil**. Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854-57. 2 vols.

VOVELLE, Michel (org.). **O Homem do Iluminismo**. Lisboa, Editorial Presença, 1997.